PUC

LETÍCIA MARTINS BALBI

SOBRE O SENTIDO E SEU LUGAR NA LINGÜÍSTICA E NA PSICANÁLISE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Departamento de Psicologia

Rio de Janeiro, dezembro de 1984.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225 - CEP 22453
Rio de Janeiro — Brasil

N.Cham. 150 B172s TESE UC
Título Sobre o sentido e seu lugar na linguistica e na psicanalise

Ex.2 PUCB 0008840

LETÍCIA MARTINS BALBI

SOBRE O SENTIDO E SEU LUGAR NA LINGUÍSTICA E NA PSICANÁLISE

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-RJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Circe Navarro Vital Brazil

Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, dezembro de 1984.

BC/D
UNIVERSIDADE DE CATARINA
2803
29/07/85
DO RIO DE JANEIRO
UC-4499-3
8840

RESUMO

A presente dissertação aborda a questão do sentido e da significação para conduzir a investigação das articulações e delimitações entre os campos do estruturalismo lingüístico e da psicanálise lacaniana. Após contextualizar essa questão na teoria freudiana, examina os operadores teóricos que a lingüística estrutural fornece como ponto de partida para a lógica do significante. As principais teses de Saussure e Jakobson, que enfatizam o caráter relacional e diferencial do sistema lingüístico, apontam para uma concepção estritamente lingüística do processo de significação. A significação é determinada, em última instância, pelas leis do código lingüístico, responsáveis pela articulação necessária e biunívoca entre significante e significado. Na teoria lacaniana, ao contrário, a linguagem só pode ser concebida enquanto um sujeito está aí implicado. O sentido passa a ser visto como um efeito contingente da lógica do significante, das leis da metáfora e da metonímia. A introdução do sujeito na estrutura da linguagem marca a separação entre a lingüística estrutural e a psicanálise lacaniana ao conferir à dimensão do inconsciente, do não-senso, um valor determinante na produção, sempre parcial, de sentido.

RÉSUMÉ

Partant de la question du sens et de la signification dans le but d'entreprendre l'investigation des articulations et des frontières entre les champs du structuralisme linguistique et de la psychanalyse lacanienne, on étudie d'abord comment cette question se pose dans le contexte de la théorie freudienne. Ensuite, on examine les opérations théoriques que la pensée lacanienne a empruntés à la linguistique structurelle pour en faire le point de départ de la logique du signifiant. Les thèses les plus importantes de Saussure et de Jakobson, qui soulignent le caractère relationnel et différentiel du système linguistique, définissent une conception strictement linguistique de la signification. Celle-ci est déterminée, en dernière instance, par les lois du code linguistique qui sont responsables de l'articulation nécessaire et réciproque entre le signifiant et le signifié. Chez Lacan, au contraire, le langage ne peut être conçu que tant qu'un sujet y est impliqué. Le sens devient un effet contingent de la logique du signifiant, des lois de la métaphore et de la métonymie. L'introduction du sujet dans la structure du langage annonce la rupture entre la linguistique structurelle et la psychanalyse lacanienne, en ce qu'elle assigne à la dimension de l'inconscient, du non-sens, une valeur déterminante dans la production, toujours partielle, du sens.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 01

CAPÍTULO I - O SENTIDO DESDE FREUD 05

CAPÍTULO II - NOÇÕES DE LINGÜÍSTICA GERAL 16

CAPÍTULO III - À PROCURA DAS RELAÇÕES ENTRE SIGNIFICANTE E SIGNIFICADO 34

1. A Fonologia 34
2. Reformulação do Princípio da Arbitrariedade do Signo 38
3. Revisão do Princípio da Linearidade do Significante 51
4. Significação e Comunicação como Processos Estritamente Lingüísticos 55

CAPÍTULO IV - DO SENTIDO AO NÃO-SENSO 67

1. A Estrutura da Linguagem e a Lógica do Significante 68
2. Primeiras Indicações sobre a Questão da Significação 77
3. A Metáfora e a Metonímia 84
4. A Constituição do Sujeito na Ordem Significante 89

CONCLUSÕES 109

BIBLIOGRAFIA 115

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como ponto de partida a dificuldade encontrada no primeiro contato com a teoria lacaniana. Desde então, pensamos como abordar essa teoria que objetiva a releitura da psicanálise freudiana mas que, ao mesmo tempo, remete a uma infinidade de referências teóricas. Tais referências ultrapassam o domínio específico da psicanálise e se espalham pelos campos da filosofia, da lógica, da topologia, bem como das outras ciências, principalmente a lingüística e a antropologia.

O que nos perguntávamos então era como estabelecer um recorte nessa trama conceitual de modo a delimitar um domínio que servisse como introdução à abordagem lacaniana de Freud. E, como não poderia deixar de ser, foi o próprio texto de Lacan que nos levou a esse ponto de partida, através do que evidenciou-se como seu principal axioma: "o inconsciente é estruturado como uma linguagem". Tal formulação só foi possível porque havia uma ciência equacionando a questão da estrutura da linguagem — a lingüística estrutural.

Delimitar a linguagem como domínio de investigação e a lingüística estrutural como disciplina que serve de instrumento à abordagem lacaniana não implica em fazer uma redução da psicanálise à lingüística, mas, simplesmente, em recortar o campo de nossa investigação. Nossa análise será, portanto, parcial, sem pretender esgotar a extensão da obra de Lacan, nem tampouco entrar em considerações, muito embora fundamentais, sobre a clínica psicanalítica, ou ainda, sobre a in-

serção e os efeitos da psicanálise no campo social.

Dentro dos limites acima estabelecidos, veremos que a teoria lingüística permite uma exposição mais linear, enquanto que as formulações de Lacan, ao contrário, exigem uma abordagem descontínua, onde a interpretação pessoal faz-se necessária, devido à dificuldade de leitura de seu estilo elíptico e aparentemente obscuro. Se, por um lado, isso pode criar um afastamento dos parâmetros lógicos do ensino de Lacan, por outro, permite um exercício de pensamento onde os efeitos de sentido não deixam de se produzir.

O objetivo desta dissertação será, pois, investigar algumas relações, conjuntivas e disjuntivas, entre a lingüística estrutural e a psicanálise lacaniana. Para isso, forjaremos um ponto de interseção entre as duas disciplinas, de onde possamos olhar para uma e para outra em suas articulações, mas também em suas diferenças. A partir desse lugar limítrofe em que nos situamos, poderemos pecorrer as duas teorias tomando como fio condutor a questão do sentido e da significação.

Primeiramente, faz-se necessário contextualizar essa questão na teoria freudiana, já que este é o ponto de partida necessário do projeto teórico de Lacan. Escolhemos A Interpretação dos Sonhos como texto representativo das formulações freudianas, onde demonstra-se como, desde Freud, já se encontram os elementos necessários para se pensar uma lógica do significante no que esta determina a produção de sentido. A articulação desses elementos só será possível através do modelo teórico fornecido, inicialmente, pela lingüística.

No segundo capítulo, procuraremos entender as principais noções da lingüística saussuriana, visando explorar as idéias que servirão de ponto de partida para a constituição da lógica do significante. Dentre outros conceitos, examinaremos os de signo e valor, como noções fundamentais para equacionar o problema da significação e do sentido, de acordo com a perspectiva estrutural.

Seguiremos o percurso do estruturalismo lingüístico, abordando, no terceiro capítulo, o desenvolvimento radical a que ele chega, através das teses de Jakobson. A investigação da Fonologia servirá de base para se aprofundar a noção de estrutura, onde as relações determinam os termos, e para re-equacionar as formulações de Saussure. As determinações do código e da mensagem, bem como as operações de combinação e substituição serão destacados como processos fundamentais da função comunicativa da linguagem. Nesse contexto, a discussão sobre o problema da significação será enriquecida através de uma abordagem rigorosa, que se pretende estritamente lingüística.

No quarto capítulo, entraremos na questão do significante, tal como foi derivada da lingüística por Lacan, examinando em primeiro lugar suas diferenças em relação ao conceito saussuriano de signo. Em seguida introduziremos a noção de Outro, no que esta se diferencia dos conceitos lingüísticos de língua e código, e os processos metafórico e metonímico como leis geradoras de sentido. Enfim, marcando a separação com as formulações do estruturalismo lingüístico, abordaremos a questão do sujeito do inconsciente, necessariamente ar

ticulado ao significante. Veremos como a introdução do sujeito na estrutura da linguagem envolve um reequacionamento da questão do sentido, que aponta a função determinante do não-senso para a psicanálise lacaniana.

Finalizando, colocaremos algumas questões e propostas a título de conclusão, muito embora a complexidade da obra lacaniana e o caráter apenas exploratório desta dissertação indiquem o sentido parcial dessas conclusões e a exigência de novas investigações.

I

O SENTIDO DESDE FREUD

Estudar a articulação entre a lingüística estrutural e a psicanálise lacaniana exige, em primeiro lugar que se contextualize essa articulação no campo original das formulações psicanalíticas. O próprio Lacan faz questão de enfatizar sua obra como uma leitura de Freud. Não seria possível, aqui, tomarmos o conjunto dos textos freudianos. Optamos,então, por recorrer a um texto onde pudéssemos extrair o projeto inaugural da psicanálise freudiana – A Interpretação dos Sonhos . Este texto reune os principais elementos que nos permitem pensar uma abordagem à questão do sentido, na trilha da teoria lacaniana.

A Interpretação dos Sonhos é o produto de uma dupla conquista, ou melhor, de uma dupla exigência. Em primeiro lugar, os progressos da clínica psicanalítica, no final do séc. XIX, já haviam indicado o método das associações livres como procedimento fundamental para a cura dos sintomas neuróticos, e particularmente da histeria. Em segundo lugar, havia uma necessidade quase urgente em legitimar os conhecimentos adquiridos em relação às neuroses, através de uma sistematização da concepção de inconsciente. Nada melhor do que investigar um processo psíquico normal – o sonho – para daí derivar tanto o funcionamento psíquico normal como o patológico.

Com o método da associação livre, Freud introduz o registro da fala e da linguagem como dimensão fundamental pa-

ra a cura dos pacientes neuróticos. O analista pede ao paciente que se deixe levar pelo que diz, narrando tudo que lhe vem à cabeça, mesmo o que julga ser sem importância ou sem sentido. No curso desse procedimento, Freud verifica o aparecimento de lacunas na memória do paciente; a ordem cronológica e as conexões causais tornam-se confusas, ocorrem lapsos e atos sintomáticos. Tais fenômenos levam Freud a construir dois conceitos básicos para a psicanálise: o recalque, como processo que exclui do campo da consciência as experiências e lembranças consideradas desprazeirosas, mantendo-as inconscientes; e a resistência, fenômeno observado na clínica, como força que se opõe à comunicação da lembrança traumática. Essa força é considerada por Freud, como sendo da mesma natureza que aquela que originalmente tornou inconsciente a idéia traumática(o recalque).

Freud observa que o material onírico que lhe era apresentado e as formações sintomáticas de seus pacientes possuíam um elemento comum: apresentavam-se, aparentemente, como desprovidos de qualquer significação, mas através do trabalho da interpretação, através da reorganização das cadeias associativas produzidas pelos pacientes, constituiam um sentido. Ou seja, tanto os sintomas neuróticos como os sonhos trabalham com "símbolos", substitutos do material recalcado. Portanto, os dois processos devem ser conseqüência da mesma atividade psíquica (recalque) e seu funcionamento deve ser regido pelas mesmas leis (condensação e deslocamento[1]). O sonho

---

1 - Cf. infra, p.08 e 09.

seria, assim, um tipo de "fenômeno patológico normal",ou,mais exatamente, o fenômeno normal mais propício à compreensão dos fenômenos patológicos.

Em consequência da similitude entre sonho e sintoma, Freud propõe que se faça uma separação entre o conteúdo manifesto do sonho e os pensamentos latentes. Da mesma forma que o sintoma é a expressão de um conflito, a formação de compromisso entre forças antagônicas, o desejo e a censura, também o sonho opera com essas forças. O pensamento latente que o produziu (e que só é conhecido a posteriori, a partir da interpretação) é a realização de um desejo, mas o trabalho da censura não permite sua manifestação direta, impondo-lhe deformações para que possa se apresentar. Segundo Freud, o sonho, tanto quanto o sintoma, seria a manifestação disfarçada de um desejo recalcado: "Podemos, portanto, supor que os sonhos recebem sua forma em indivíduos humanos mediante a ação de duas forças psíquicas (ou podemos descrevê-las como correntes ou sistemas) e que uma dessas forças constrói o desejo que é expresso pelo sonho, enquanto a outra exerce uma censura sobre o desejo onírico e, pelo emprego dessa censura,forçosamente acarreta uma distorção na expressão do desejo"(1).

Além do desejo infantil, que não pode apresentar-se diretamente, o sonho é composto de material de experiências recentes. Tais experiências tomam um valor psiquicamente significativo por se associarem, ou melhor, por fornecerem a máscara para o material infantil recalcado poder se manifestar. De tal forma que Freud enuncia: "todo sonho estava ligado, em seu conteúdo manifesto, a experiências recentes e, em seu con

teúdo latente, às experiências mais antigas"(2).

Já que os sonhos são formados por duas espécies diferentes de material psíquico, o conteúdo manifesto e o pensamento latente, e já que essa última espécie é a responsável pelo sentido do sonho, Freud se propõe a investigar os processos que transformam os pensamentos latentes em conteúdo manifesto. Há aqui uma comparação explícita com os processos lingüísticos: "o conteúdo onírico parece uma transcrição dos pensamentos oníricos em outro modo de expressão, cujos caracteres e leis sintáticas é nossa tarefa descobrir, comparando o original e a tradução"(3). Freud enfatiza ainda o valor simbólico da linguagem dos sonhos que, mesmo se apresentando em imagens, não podem ser interpretados apenas como uma composição pictórica.

Os quatro processos responsáveis pela formação do sonho são: a condensação, o deslocamento, a consideração à representabilidade e a elaboração secundária. A condensação é o processo responsável por combinar duas ou mais idéias integrando-as e comprimindo-as num mesmo conjunto, de tal forma que pode-se observar um empobrecimento do conteúdo manifesto em relação à riqueza dos pensamentos latentes. "É toda a massa dos pensamentos latentes que se encontra submetida à condensação, de modo que o mesmo pensamento latente pode estar representado em vários pontos do conteúdo manifesto, tanto quanto um único elemento manifesto pode estar representado por vários elementos latentes"(4). Justamente porque um elemento do sonho condensa uma série de pensamentos latentes, o sonho não possui uma única linha associativa que o determina;

ao contrário, ele é sobredeterminado por diferentes cadeias significantes. Ora, a interpretação do sonho pode conduzir a várias dessas cadeias associativas mas, é impossível esgotá-las; daí Freud dizer que existe um umbigo dos sonhos onde ele se comunica com o desconhecido. É impossível à interpretação esgotar todos os sentidos do sonho, por isso sua significação será sempre parcial.

O segundo mecanismo, que já havia sido mencionado em relação à transferência do valor dos desejos e fantasias infantis para as experiências recentes (a princípio, indiferentes), é o deslocamento. Ou seja, o núcleo dos pensamentos latentes não coincide com o núcleo do conteúdo manifesto porque as intensidades psíquicas ligadas ao pensamento original foram deslocadas para idéias substitutas, indiferentes.

Os meios que o sonho utiliza para representar os pensamentos oníricos subjacentes não obedecem à regra de uma representação pontual imediata, pois é a partir da rede de relações entre os pensamentos latentes que uma imagem irá se atualizar. É a partir de uma forma simbólica, portanto, que o trabalho onírico irá se expressar em imagens. Este terceiro mecanismo é chamado por Freud de considerações à representabilidade.

A elaboração secundária é o quarto fator responsável pela formação do sonho e, ao contrário dos precedentes, não é um mecanismo do sistema inconsciente, mas sim do pré-consciente. É a própria censura interferindo no processo do sonho: ela barra e exclui, mas também insere e acrescenta no sonho uma série de elementos para lhe dar uma configuração lógica e razoável.

É importante notar que se esse é o percurso geral da formação do sonho, isto é, um material latente é transformado (através dos quatro procedimentos acima descritos) em conteúdo manifesto, que o mascara e reorganiza, então, o trabalho de interpretação deverá fazer o caminho inverso, para desfazer esse conjunto deformado. Segundo Freud, as associações devem se produzir a partir de cada fragmento do relato do sonho para que os nós sejam desfeitos e se chegue finalmente ao sentido (e nós diríamos, à direção) dos pensamentos latentes – a realização de um desejo.

Todas as considerações que Freud apresenta no decorrer dos seis primeiros capítulos da Interpretação dos Sonhos – os mecanismos do trabalho do sonho – serão sistematizados no capítulo sete, de forma a integrar os conhecimentos adquiridos até então sobre as neuroses e os conhecimentos recém adquiridos sobre os processos oníricos, e assim constituir uma teoria do funcionamento do aparelho psíquico. O capítulo sete é considerado como o mais importante do livro, por fornecer uma sistematização da concepção freudiana do inconsciente, fundando a primeira tópica do aparelho psíquico. Mas, não pretendemos nos deter aí, pois nosso objetivo é apenas partir de Freud para contextualizar algumas das questões trabalhadas por Lacan a partir da lingüística estrutural[2]. Se tais

2 - Cabe apenas mencionar a discussão inicial do capítulo, porque num certo sentido ela se assemelha a outra, travada a partir da lingüística saussuriana, sobre a questão da arbitrariedade (Cf. infra, p. 19). Freud indica que a literatura anterior a ele já tratara da deformação onírica, mas com uma diferença fundamental: todo esse processo de transformação simbólica era tomado como puramente arbitrário: "O único equívoco cometido pelos autores precedentes foi supor que a modificação do sonho no decurso de sua rememoração e colocação em palavras seja arbitrária, não possa ser solucionada e que seja dessa maneira calculada para nos fornecer uma representação enganadora do sonho. Eles subestimaram até que ponto os acontecimentos psíquicos são determinados. Não há nada de arbitrário neles. De modo bastante geral, pode-se demonstrar que se um elemento é deixado indeterminado por um certo encadeamento de pensamentos, sua determinação é imediatamente efetuada por um outro" (5).

questões são investigadas por Lacan, é antes de tudo porque encontram em Freud sua referência.

As leis do inconsciente no processo de formação do sonho são importantes porque antecipam a lógica do significante, tal como Lacan a deriva da lingüística estrutural. Estas leis seriam basicamente a condensação e o deslocamento, identificadas, a partir da lingüística, como os mecanismos significantes da metáfora e da metonímia.

O mecanismo da consideração à representabilidade, embora também inconsciente, é uma característica particular do sonho, que sofre essa condição de se apresentar em imagens visuais. Mas essas imagens não devem ser tomadas simplesmente como figuras isoladas, pois, na verdade, ao nível dos pensamentos latentes, fazem parte de um sistema articulado, embora enigmático, que cabe decifrar através do trabalho da interpretação. Tal como a linguagem, trata-se aí de um sistema de valores significantes.

Uma outra derivação operada por Lacan refere-se à divisão entre o pensamento latente e o conteúdo manifesto, retomada como a cisão fundamental do sujeito humano em sujeito da enunciação e sujeito do enunciado.

Mas, nesse momento introdutório, o principal é que tomemos a trajetória freudiana de A Interpretação dos Sonhos como a tentativa de fornecer um modelo de inteligibilidade – um sentido parcial – para aquilo que se apresenta a ele como sem sentido: o relato do sonho, bem como, de modo geral, a fala e o sintoma do paciente.

Os sonhos, e os sintomas, que aparentemente são desconexos, encontram sua determinação numa outra ordem que não a consciente. O que Freud faz é justamente investigar as leis dessa ordem inconsciente e a possibilidade de interpretar seus efeitos em termos de sentido. Se o inconsciente possui leis, possui uma estrutura e uma sintaxe particular, ele pode ser traduzido, parcialmente ao menos, como uma linguagem. É dessa via que deriva o que entendemos como sendo o principal axioma lacaniano: "O inconsciente é estruturado como uma linguagem". Com isso podemos entender que é somente a partir de um modelo teórico da estrutura da linguagem que o conceito freudiano de inconsciente encontra inteligibilidade.

Lacan demonstra como se pode ler em Freud uma concepção particular de linguagem que, ao contrário das concepções lógicas da linguagem – tal como a tentativa dos lógicos-positivistas de constituir uma língua formal depurada dos equívocos da linguagem cotidiana – visa levar em consideração os "vícios e erros" da linguagem comum, considerados como sem sentido.

Ora, mais do que justificar o recurso a uma teoria da linguagem como forma de melhor entender o inconsciente freudiano, no sentido de que faltava a Freud o arsenal conceitual adequado às formulações dos mecanismos do inconsciente; mais do que indicar que a fala, ou melhor, o discurso do paciente é, não só o veículo, mas a manifestação mesma das formações do inconsciente; mais do que isso, o objetivo de Lacan é demonstrar como "desde Freud", em textos como A Interpretação dos Sonhos ou A Psicopatologia da Vida Cotidiana, por exem

plo, já se encontram os elementos necessários para pensar o inconsciente como estruturado como uma linguagem.

A descoberta freudiana do inconsciente vem marcar uma ruptura em relação à concepção filosófica tradicional do sujeito. De Descartes a Hegel encontra-se o privilégio do sujeito enquanto sujeito do conhecimento e de um saber absoluto. Essas teses baseiam-se na possibilidade de uma adequação entre o sujeito do conhecimento e o objeto. A tese do inconsciente, ao contrário, demonstra a impossibilidade radical deste saber absoluto, desta adequação entre sujeito e mundo. O inconsciente constitui justamente o que o sujeito não pode saber mas que, paradoxalmente, mostra seus efeitos através de equívocos e atos sintomáticos. Opera-se, portanto, um descentramento em relação ao sujeito da consciência e do conhecimento, instituindo-se seus limites. Faz-se necessário um domínio teórico que, ao mesmo tempo, dê conta desse limite do homem e forneça um modelo de ciência.

Ora, que domínio senão o da linguagem poderia dar conta dessa dupla exigência? O que mais senão a primazia da ordem significante pode demonstrar essa submissão fundamental do sujeito a uma ordem que lhe escapa e ao mesmo tempo determina?

É através de uma teoria da linguagem que a psicanálise pode obter um modelo lógico e "científico", baseado não mais no paradigma das ciências naturais (física e biologia), mas referindo o saber do homem aos limites mesmos que o fundam. Como nos diz Foucault, no capítulo X de <u>As Palavras e as Coisas</u>: "Com a lingüística ter-se-ia uma ciência perfeita

mente fundada na ordem das positividades exteriores ao homem (pois que se trata de linguagem pura) e que, atravessando todo o espaço das ciências humanas, alcançaria a questão da finitude (pois que é através da linguagem, e nela, que o pensamento pode pensar; de sorte que ela é, em si mesma, uma positividade que vale como fundamento)"(6).

Mas, devemos insistir no fato de que, se Lacan parte da lingüística, apropriando-se de muitos de seus conceitos, opera, no entanto, derivações e reformulações que acabam constituindo-se numa concepção particular de linguagem que funciona como palco do processo de constituição do sujeito.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) FREUD, S. A Interpretação dos Sonhos (1900). Ed. Standard Brasileira, v. IV. Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1969, p. 153/4.

(2) Ibid, p. 232.

(3) Ibid, p. 295.

(4) MENZAN, R. Freud: A Trama dos Conceitos. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1982, p. 80.

(5) FREUD, S. op. cit., p. 548/9.

(6) FOUCAULT, M. As Palavras e as Coisas. Ed. Martins Fontes, 1967, p. 494.

II

NOÇÕES DE LINGÜÍSTICA GERAL

A importância do pensamento de Saussure refere-se não só às suas contribuições no campo específico da lingüística mas também a todas as ciências humanas, principalmente aquelas que trabalham com o conceito de estrutura (particularmente Lévi-Strauss na antropologia e J. Lacan na psicanálise). O conceito de estrutura, como se sabe, é derivado diretamente do conceito de sistema tal como é formulado por Saussure no Cours de Linguistique Général (1915).

O texto do Cours que reúne as principais idéias de Saussure, não foi, no entanto, escrito por ele; foi estabelecido por dois lingüistas, Charles Bally e Albert Sechehaye, com base nas anotações feitas por alunos de Saussure durante seus três cursos de lingüística geral, ministrados na Universidade de Genebra entre os anos de 1907 e 1911.

Encontramos como complemento do texto do Cours (ed. francesa) uma cuidadosa introdução seguida de notas críticas, preparadas pelo lingüista italiano Tullio de Mauro. Dentre outras informações valiosas, ele indica a dificuldade de se encontrar um acordo entre o texto organizado por Bally e Sechehaye e as poucas anotações pessoais de Saussure.

Apesar de tal dificuldade, tentaremos fazer um breve recorte do texto do Curso percorrendo principalmente as vias que nos servirão como base para examinar a questão do sentido como conceito que articula lingüística e psicanálise.

O objetivo dos capítulos iniciais do Curso é a constituição e a definição do objeto da lingüística, para melhor delimitá-la como ciência. Mas os fenômenos da linguagem se apresentam como uma multiplicidade heteróclita de acontecimentos, impossível de ser organizada de modo a configurar uma unidade. Cumpre então distinguir a matéria da linguística, enquanto este conjunto múltiplo, do objeto mesmo da ciência. Este deve ser representativo dos fenômenos da linguagem, mas, ao mesmo tempo, manter-se como unidade; ser um todo em si e um princípio de classificação que permita ordenar os fatos lingüísticos. É a língua que se apresentará como esse objeto passível de definição autônoma, como norma de todos os fenômenos da linguagem. Sua definição como um sistema de signos deve levar em conta que ela é ao mesmo tempo um produto social e convencional.

Mas, para isolar a língua do conjunto dos fatos da linguagem, é necessário partir do ato de comunicação, tal como é estabelecido entre duas pessoas. Nesse ato, distinguem-se basicamente três processos: a execução mesma do ato de fala por um indivíduo, a recepção da fala por outro indivíduo e a associação e coordenação dos signos (incluindo aí a associação da imagem acústica a um conceito). Segundo Saussure, a execução da fala seria um ato puramente individual, enquanto os outros dois processos teriam um caráter social, dizendo respeito, portanto, à esfera da língua: "pelo funcionamento das faculdades receptiva e coordenativa, nos indivíduos falantes, é que se formam as marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas para todos"(1). A língua se constitui, pois, como "um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivídu-

os pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros de um conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo"(2).

Já que a língua é definida como um sistema de signos, cabe analisar os princípios gerais que regem este sistema, bem como definir os seus elementos. É este o objetivo da primeira parte do Curso . Aí encontramos uma definição do signo lingüístico que pode dar margem a algumas confusões. Vejamos: "O signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (empreinte) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem não é sensorial e, se chegamos a chamá-la material, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato"(3). O signo lingüístico une, pois, um significado a um significante.

A definição de signo indica que suas partes constituintes não são os sons e as significações concretas mas sim a representação do som, no caso do significante, e a representação da idéia, no caso do significado. Ora, essa formulação pode dar margem a duas interpretações: ou bem o termo representação indica uma anterioridade da idéia ou pensamento em relação à linguagem, ou bem pode ser entendido a partir da noção de sistema. Neste caso, essas unidades mínimas, "representativas" (significante e significado), só poderiam ser identi-

ficadas a partir de suas relações diferenciais no interior do sistema lingüístico. É essa a opção estruturalista, que aponta para uma anterioridade lógica do sistema em relação ao pensamento e à própria fala. A fala diria respeito às atualizações variáveis do sistema lingüístico, formal[1] e invariante. Assim, para se examinar os elementos da língua, é necessário partir não da heterogeneidade dos sons e significações, mas do seu valor diferencial no interior do sistema. "A identidade entre as diferentes realizações só é possível se se coloca que elas representam um valor"(4). Em suma, deve-se entender o significante como o valor dos sons e o significado como o valor das significações. Significante e significado enquanto valores fazem parte do sistema formal da língua e como tais são invariantes, ao contrário de suas diversas atualizações em falas particulares.

O signo é definido, ainda, por duas propriedades fundamentais. A primeira caracteriza o signo como arbitrário, ou seja, tanto a relação da palavra com a coisa como, principalmente, a ligação entre significante e significado[2] não são estabelecidas por nenhuma regra interior. E Saussure ressalta:

---

1 - Segundo Tullio de Mauro, a ordem de exposição das teses saussurianas no texto do Cours não corresponde à ordem lógica de seu sistema teórico. Assim, a explicitação da tese que toma a língua como um sistema formal, independente de sua atualização individual na fala, só é possível a partir das formulações sobre a arbitrariedade do signo e sobre a noção de valor.

2 - Confira a crítica feita por E. Benveniste ao princípio da arbitrariedade, na página 40 desta dissertação.

"A palavra arbitrário requer também uma observação. Não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (...); queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade"(5).

Segundo Tullio de Mauro, o princípio da arbitrariedade do signo seria o fundamento de toda a lingüística saussuriana. É somente a partir desse princípio que se pode compreender o caráter formal da língua e, consequentemente, seus elementos constituintes como representando valores. A importância da tese da arbitrariedade encontra-se no fato de que ela demonstra a autonomia do sistema lingüístico frente à realidade extra-lingüística.

A segunda propriedade refere-se ao caráter linear do significante, isto é, ao fato de que os significantes se desenvolvem numa linha temporal, apresentando-se numa sucessão e formando uma cadeia.

Do princípio da arbitrariedade decorrem duas características, *aparentemente paradoxais: a imutabilidade e a mutabilidade* do signo. É o caráter imotivado do elo entre significante e significado que permite tanto as mudanças como a estabilidade dos sistemas lingüísticos. O signo seria imutável a partir do ponto de vista de que sua escolha será sempre uma "carta forçada". Sendo assim, seu caráter arbitrário não lhe confere poder de livre escolha: "a língua não pode, pois, equiparar-se a um contrato puro e simples, e é justamente por esse dado que o estudo do signo lingüístico se faz interessante, pois, se se quiser demonstrar que a lei admitida numa coletividade é algo que se suporta e não uma regra livremente consentida,

a língua é a que oferece a prova mais concludente disso"(6).

Além da convenção arbitrária[3], existiria o fator temporal atuando na fixação da língua e assegurando sua continuidade: "Justamente porque o signo é arbitrário, não conhece outra lei senão a da tradição, e é por basear-se na tradição que pode ser arbitrário"(7). Mas isso não quer dizer que a língua seja inalterável. O próprio fator temporal é também responsável pela mudança dos signos, embora tal transformação não seja possível através da escolha ou poder dos indivíduos. "Uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante. É uma das consequências da arbitrariedade do signo" (8). Em suma, Saussure chega à conclusão que a língua não pode ser pensada sem que se leve em conta dois fatores que atuam internamente no seu funcionamento: a massa social (massa falante) e o tempo. O primeiro é o que permite pensar a língua existindo como um todo. Já o fator temporal é o responsável tanto pela conservação da língua (tradição) como pelas alterações decorrentes das contingências históricas.

A incorporação do fator temporal no estudo da língua vem, pois, estabelecer uma nova dicotomia na análise lingüística. As análises de todas as ciências que trabalham com a noção de valor devem ser operadas em função de dois eixos: o das simultaneidades ou eixo sincrônico e o das sucessivida-

---

3 - De acordo com T. de Mauro, a tese do signo como convenção social não se identifica como o princípio da arbitrariedade, mas é sua decorrência. O caráter social é uma consequência do fato de não existir nenhuma razão natural ou lógica responsável pela articulação entre significante e significado.

des ou eixo diacrônico. O primeiro referente à coexistência dos valores no sistema e o segundo referente a suas transformações históricas.

Saussure aponta, como representante do estudo diacrônico, a Gramática comparada das línguas indo-européias, que tenta reconstituir as línguas antecedentes, bem como os estudos de Bopp. A Gramática de Port Royal representaria, por outro lado, os métodos que tentam descrever um estado da língua especificamente do ponto de vista sincrônico. Mas cabe enfatizar que lingüística científica proposta por Saussure deveria se beneficiar dos dois tipos de análise: "é necessário fazer sentir a oposição das duas ordens e daí tirar todas as consequências que comporta" (9).

As duas ordens terão também leis, mas estas serão singulares, diferentes das leis que regulam os outros fatos sociais, que se caracterizam por serem imperativas e gerais. Segundo o texto do Curso deve-se diferenciar as leis sincrônicas que são gerais e expressam um princípio de regularidade, mesmo que precário, e as leis diacrônicas, que se caracterizam por serem imperativas, porém relativas a eventos particulares: "A diacronia supõe, ao contrário, um fator dinâmico, pelo qual um efeito é produzido, uma coisa executada. Mas tal caráter imperativo não basta para que se aplique a noção de lei aos fatos evolutivos; não se fala de lei senão quando um conjunto de fatos obedece à mesma regra e malgrado certas aparências contrárias, os acontecimentos diacrônicos têm sempre o caráter acidental e particular" (10).

As transformações diacrônicas só podem ser operadas

pela fala, sendo que sua consolidação só se torna possível quando são aceitas e usadas pela coletividade. O estudo de uma língua deveria ser feito, ora levando em conta a evolução histórica do fato lingüístico, ora considerando-o "estaticamente" em suas relações sincrônicas. Haveria, portanto, uma lingüística sincrônica e uma lingüística diacrônica. A primeira estudando os princípios que regem um sistema lingüístico e a segunda se interessando pelas relações de substituição entre os termos que se sucedem temporalmente.

A dicotomia radical estabelecida no texto do "Curso", entre sincronia e diacronia, gerou uma enorme discussão no campo da lingüística. As formulações aí contidas foram criticadas ora pelos historicistas, ora pelos estruturalistas. Jakobson (1929) e a escola lingüística de Praga, como veremos (p. 54), afirmarão que o próprio sistema é dinâmico, não cabendo portanto identificar o dinâmico ao diacrônico e o estático ao sincrônico[4].

A lingüística sincrônica engloba toda essa análise inicial do signo lingüístico e de suas propriedades. E convém que nos detenhamos aí, na concepção saussuriana de signo, pois esta terá um desenvolvimento particular quando submetida à ótica lacaniana.

---

4 - A defesa de Saussure, feita por T. de Mauro, indica que a distinção entre sincronia e diacronia deve ser pensada em termos metodológicos, isto é, diz respeito ao ponto de vista do pesquisador frente a seu objeto de estudo (cf. ed. francesa do Cours, nota 176, p. 452 a 455).

Como vimos, o signo só existe enquanto associação do significante e do significado, e como tal é uma entidade positiva. Quando se dissociam esses dois elementos, tomando um isoladamente, o signo perde seu caráter concreto e seus elementos passam a funcionar como abstrações. Segundo o texto do Curso, a separação desta unidade é análoga à decomposição dos elementos da água, que isolados, perdem a característica de serem água. A unidade lingüística pode ser então definida como "uma porção de sonoridade que, com exclusão do que precede e do que segue na cadeia falada, é significante de um certo conceito" (11).

Porém, mais importante do que a unidade em si é o fato de que ela se apresenta a partir de um sistema de oposições, ou seja, a unidade lingüística, bem como sua identidade não são propriedades absolutas: só se definem dentro de um sistema diferencial, a partir das relações que estabelecem com os outros elementos do sistema.

Sobre a questão da identidade lingüística, Saussure fornece um exemplo esclarecedor: "Assim, falamos de identidade a propósito de dois expressos "Genebra-Paris, 8 hs 45 da noite", que partem com vinte e quatro horas de intervalo. Aos nossos olhos, é o mesmo expresso, e no entanto, provavelmente, locomotiva, vagões, pessoal, tudo é diferente" (12). A identidade, e é isso também que define a noção de valor, é pois constituída a partir de um sistema diferencial. Retomando a analogia que faz frequentemente entre a língua e o jogo de xadrez, Saussure esclarece: "Tomemos um cavalo; será por si só um elemento do jogo? Certamente que não, pois, na sua materialidade pura, fora de sua casa e das outras condições do jogo,

não representa nada para o jogador e não se torna elemento real e concreto, senão quando revestido de seu valor e fazendo corpo com ele" (13). Da mesma forma como na língua, a substituição de um elemento por outro poderá ser feita com a condição de que lhe seja dado um valor idêntico ou equivalente.

A noção de valor lingüístico toma assim um papel capital no desenvolvimento da teoria saussuriana, recobrindo noções como a de unidade, identidade, entidade concreta e realidade do sistema lingüístico.

A unidade lingüística não pode ser definida simplesmente como a união de um som com um conceito, pois tanto o pensamento como a matéria fônica são considerados como dois planos amorfos e indiferenciados. A unidade só se revelaria a partir do recorte realizado sobre esses dois "reinos flutuantes" o qual faria corresponder um significante e um significado. É assim que "o papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das idéias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades" (14). É somente a partir de sua articulação na língua que pensamentos e sons se tornam valores, ganhando inteligibilidade.

Relacionando essa discussão com a questão da arbitrariedade, podemos pensar que se é a língua que ocupa o lugar de mediação, ou melhor, de determinação do pensamento e da matéria fônica através do recorte estabelecido pelo signo, é ela também, enquanto sistema convencional que a coletividade suporta, que vai garantir o elo entre esses dois reinos.

UNIVERSIDADE CATÓLICA

Saussure retira daí uma dupla relação: por um lado, o fato de que a noção de valor reforça a relação arbitrária entre o significante e o significado, já que é no interior do sistema lingüístico que se opera essa união: "se este não fosse o caso, a noção de valor perderia algo de seu caráter, pois conteria um elemento imposto de fora. Mas, de fato, os valores continuam a ser inteiramente relativos, (e eis)[5] porque o vínculo entre a idéia e o som é radicalmente arbitrário"(15). Por outro lado, fica demonstrado como a coletividade que se submete ao sistema convencional "é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja" (16).

Deve-se insistir no fato de que a noção de valor não pode coexistir com uma concepção de signo que isola a unidade do sistema ao qual pertence. Sendo assim, deve-se escolher entre duas vias teóricas: ou bem, pensar o sistema como a soma dessas unidades que lhe preexistem e dessa forma tomar o signo como um elemento isolado, ou bem entender o sistema como uma estrutura anterior à definição de seus elementos. É esta última a opção estrutural da lingüística saussuriana: é somente a partir das relações diferenciais no interior do sistema que se pode deduzir e isolar uma unidade, que será, portanto, uma unidade relativa. Ou, em outras palavras, é somen-

---

5 - Segundo T. de Mauro nas anotações de Saussure consta:"Mas os valores permanecem perfeitamente relativos porque o elo é perfeitamente arbitrário". A relatividade dos valores é pois, uma consequência da arbitrariadade.

te a partir de suas relações recíprocas que os elementos poderão ser singularizados.

Desta forma, a definição do signo lingüístico não pode basear-se somente no vínculo entre a imagem acústica e o conceito. "Definí-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra" (17).

Saussure se propõe a analisar, primeiramente, o aspecto conceitual do valor lingüístico, perguntando-se em que ele difere da significação: "O valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é dificílimo saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência. É necessário, contudo, esclarecer esta questão sob pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura" (18).

Na verdade, as formulações saussurianas sobre a questão da significação permanecem ambíguas,conduzindo-nos a duas interpretações possíveis. Por um lado, algumas indicações do texto (p. 133, por exemplo) tomam a significação como a relação entre o significado e o significante, no domínio fechado do signo lingüístico, e portanto no terreno formal da língua. Por outro lado, havíamos visto como o termo significação é tomado muitas vezes como correlato do som, referindo-se, portanto, à realização concreta e contingente no ato de fala individual. Segundo Mauro, esta tese é defendida por Burger(1961):a significação "não procede unicamente dos valores utilizados pa

ra a composição da mensagem, quer dizer do significado da frase: ela depende também da situação, das relações, dos interlocutores, de suas preocupações comuns" (19).

A análise da noção de valor, no entanto, não deixa margem a ambiguidades: o caráter relacional de um termo "resulta tão somente da presença simultânea de outros" (20).

A condição de possibilidade da noção de valor, segundo Saussure, é um princípio paradoxal: o valor deve ser, ao mesmo tempo, o produto das relações de dessemelhança entre dois campos — o que permite trocar uma palavra por uma idéia, por exemplo — e o produto das relações de semelhança entre valores do mesmo sistema — o que permite a comparação de uma palavra com outra. O valor de uma palavra "não estará fixado enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser trocada por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dele (outras palavras). Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente" (21).

Qualquer que seja a interpretação do termo significação (referido à língua ou referido à fala), uma coisa é certa, ele é claramente distinto da noção de valor[6]. O valor, e mais especificamente o valor no seu aspecto conceitual, não

---

6 - Roland Barthes propõe o termo "sentido" como dupla articulação entre significação e valor (cf. Elementos de Semiologia, p. 57).

se confunde nem com o conceito nem com a significação."Quando se diz que valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são" (22).

O mesmo raciocínio descrito em relação ao aspecto conceitual do valor também se aplica quando se considera o valor em seu aspecto fônico ou material. Ou seja, o que é necessário para se definir o significante são as diferenças fônicas e não o som material. Este último funcionaria apenas como suporte do valor que lhe será imposto a partir do sistema diferencial, da mesma forma como o metal empregado na confecção de uma moeda só representa uma quantia na medida em que é marcado por um valor convencional.

O valor lingüístico fica definido, então, seja do ponto de vista do significado, seja do significante, como negativo e diferencial, sendo que o produto da confrontação dessas duas ordens diferenciais é um fato positivo da língua, isto é, o signo.

Vimos que a língua é um sistema de valores que só podem ser definidos a partir de relações. De acordo com Saussure estas relações podem ser de dois tipos, que na verdade não se excluem, mas se articulam: as relações sintagmáticas[7], que se referem à combinação horizontal dos signos na frase, e

---

7 - Sobre a questão da cadeia sintagmática pertencer ao domínio da língua ou ao domínio da fala, Saussure indica, e os lingüistas pós-saussurianos confirmam que o sintagma deve ser atribuído à língua enquanto possibilidade de atualização de determinadas combinações típicas (cf. Cours , ed, fr., nota 251, p. 468).

as relações associativas ou paradigmáticas, que permitem a substituição de cada termo da frase por outro que lhe esteja associado num eixo vertical de possibilidades. E ainda: "A relação sintagmática existe "in praesentia"; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos "in absentia" numa série mnemônica virtual" (23).

A análise de uma unidade lingüística demonstra esse duplo condicionamento. "Com efeito, a coordenação no espaço contribui para criar coordenações associativas, e estas, por sua vez, são necessárias para a análise das partes do sintagma" (24). Assim, o sintagma "desfazer" se apóia em outras cadeias associativas com as quais mantém um elemento comum: por um lado, decolar, deslocar, etc., e por outro, fazer, refazer, etc. "Para classificar desfazer e deslocar na mesma categoria, da qual se exclui despertar, cumpre introduzir outros termos na comparação, e notar por exemplo que desfazer está para refazer assim como descolar para recolar, mas não como despertar está para apertar. Para estabelecer a série de palavras que procuramos, cumpre então reconhecer primeiramente uma série de pares de palavras, a sequência (desfazer/refazer, descolar/recolar, desmontar/remontar), que constitui uma proporção em sentido matemático, uma equivalência de relações"(25).

A existência desses elementos comuns nas cadeias associativas leva Saussure a distinguir a arbitrariedade absoluta do signo, da arbitrariedade relativa, isto é, da motivação relativa que cada língua impõe a seus termos. Por exemplo: pereira é relativamente motivado em relação a pera e em relação a macieira, e ainda, "dezenove é associativamente so-

lidário de dezoito e dezessete, etc. e sintagmaticamente de seus elementos dez e nove" (26).

A língua é, pois, um sistema solidário cujas regras de funcionamento, as relações sintagmáticas e paradigmáticas, determinam os valores de seus termos. O sistema da língua, tal como é pensado por Saussure, serve como ponto de partida para o estruturalismo lingüístico desenvolvido por Jakobson, como veremos a seguir, mas é também a referência necessária a qualquer investigação sobre a questão da linguagem.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) SAUSSURE, F. Curso de Lingüística Geral. São Paulo, Ed. Cultrix, p. 21.

(2) Ibid, p.21.

(3) Ibid, p.80.

(4) SAUSSURE, F. Cours de Linguistique Générale. Paris, Ed. Payot, 1976 (Edition Critique préparée par Tullio de Mauro), nota 65, p. 421.

(5) SAUSSURE, F. Curso. op. ct., p. 83.

(6) Ibid, p. 85.

(7) Ibid, p.88.

(8) Ibid, p.90.

(9) Ibid, p.98.

(10) Ibid, p.109.

(11) Ibid, p.120.

(12) Ibid, p.126.

(13) Ibid, p.128.

(14) Ibid, p.131.

(15) Ibid, p.132.

(16) Ibid.

(17) Ibid.

(18) Ibid, p.133.

(19) SAUSSURE, F. Cours, op. cit., nota 231, p. 465.

(20) SAUSSURE, F. Curso, op. cit., p.133.

(21) Ibid, p.134.

(22) Ibid, p.136.

(23) Ibid, p.143.

(24) Ibid, p.149.

(25) DUCROT, O. Estruturalismo e Lingüística. São Paulo, Ed. Cultrix, 1971, p. 64.

(26) SAUSSURE, F. Curso, op. cit., p. 153.

III

À PROCURA DAS RELAÇÕES ENTRE SIGNIFICANTE E SIGNIFICADO

1. A FONOLOGIA

A investigação de Jakobson no campo da lingüística e, particularmente, da fonologia deriva diretamente da lingüística saussuriana. O método estrutural é por ele empregado de forma a retomar ou precisar algumas das noções básicas que em Saussure, às vezes, dão margem a interpretações confusas. Em suma, Jakobson empreende uma leitura estrutural da obra de Saussure, levando às últimas consequências o estruturalismo lingüístico.

A preocupação inicial de Jakobson dirigiu-se no sentido de uma revisão do conceito saussuriano de fonema. No Curso de Lingüística Geral, encontramos a seguinte definição de fonema: "a soma das impressões acústicas e dos movimentos articulatórios da unidade ouvida e da unidade falada, das quais uma condiciona a outra"(1). Segundo Jakobson, esta definição se atém a uma concepção de fonema estritamente do ponto de vista da fala. O termo fonema refere-se aí, não às unidades significantes irredutíveis, mas à sua atualização fônica na fala. Nesse sentido, seria uma entidade fonética e não fonológica.

As definições de Fonética e Fonologia, no Curso, também dão margem a algumas confusões; a primeira é tomada como ciência da evolução dos sons diretamente relacionada à língua, enquanto a segunda é definida como o estudo da arti-

culação dos sons. Apesar de apontar a necessidade de investigar as unidades lingüísticas a partir do ponto de vista do sistema de valores, Saussure descreve tanto a fonologia como a fonética a partir do ponto de vista do ato de fala individual. Jakobson explicita esses termos, tomando o fonema como unidade irredutível e funcional da língua e chamando de Fonologia o estudo desses valores mínimos do significante. A Fonética, por sua vez, diria respeito à execução dos sons na cadeia falada. Ao precisar esses conceitos, Jakobson salienta a necessidade de um estudo dos fonemas do ponto de vista do sistema, substituindo o inventário dos fonemas das diferentes línguas por uma estrutura fonológica invariante que responda por essas variações.

O fonema ocupa um lugar singular entre os valores lingüísticos. Cada frase, palavra ou morfema é revestido de sua própria significação, enquanto o fonema é desprovido de significação, sendo apenas índice de uma diferença: "o que importa é sua oposição recíproca no seio de um sistema fonológico" (2). No entanto, segundo Jakobson, a noção de oposição aplicada às pesquisas fonológicas, ou mais simplesmente à análise de um par de fonemas, leva a duas contradições: em primeiro lugar, a oposição é definida logicamente como ligação necessária entre dois termos tal que sendo dado um, o outro é evocado simultaneamente pelo pensamento. Ora, quando se analisa um par de fonemas /b/ e /t/ por exemplo, a apresentação de um não evoca necessariamente o outro. A segunda contradição pode ser ilustrada por um exemplo: na língua turca existem oito fonemas vocálicos (o, a, ö, e, u, y, ü, i), que, combina-

dos, formam 28 relações binárias. Mas, de acordo com o ensino de Saussure, os fonemas deveriam ser constituídos unicamente a partir das relações, e daí deriva uma conclusão paradoxal no caso da língua turca: dessas 28 relações primárias derivam os oito fonemas, isto é, "o número de valores primários é muito maior que o número de valores derivados" (3).

Para solucionar tais tipos de problemas e contradições, Jakobson propõe que se leve em conta que o fonema não é algo indecomponível, tal como foi formulado por seus antecessores na pesquisa lingüística (principalmente Baudoin de Courtenay e Saussure). Os fonemas na verdade podem ser dissociados em unidades menores, que são as qualidades ou traços distintivos. Estes sim, são os elementos últimos e diferenciais.

Assim, no caso do exemplo da língua turca, as vinte e oito oposições vocálicas podem ser reduzidas a três oposições fundamentais: aberto X fechado; posterior X anterior; arredondado X não-arredondado, de modo que a definição do fonema /i/, por exemplo, seria dada da seguinte forma: "entidade complexa que compreende os três elementos diferenciais seguintes: caráter fechado, anterior, não-arredondado" (4). O fonema se define, pois, como um feixe de traços distintivos.

Em "Fonema e Fonologia", Jakobson sintetiza: "Ora, é óbvio que um fonema não tem um termo oposto único e predizível. Por isso, não se sabe qual é o termo oposto do /u/ turco senão depois de ser ele desintegrado em seus traços distintivos. A análise dos traços é que nos informa que /u/ é em turco uma vogal fechada (difusa), posterior (grave) e arredonda-

da(rebaixada). Cada um dos traços distintivos que constituem esse fonema (como no caso de qualquer outro fonema), pertence a uma única "dualité d'opposition" dentro da língua dada, e cada um desses constituintes importa na coexistência de seu oposto no mesmo sistema fonêmico: o traço difuso se opõe ao compacto, o grave ao agudo, o rebaixado ao não-rebaixado. A nossa conclusão de que se deve transferir o valor opositivo para o traço distintivo, em vez de pô-lo no fonema, não está em contradição com o ponto de vista exato de Ferdinand de Saussure. Aqui, como em muitos outros tópicos, os compiladores do Cours se desviaram do ensino autêntico do mestre. Nas notas originais das aulas de Saussure, lemos que não os fonemas mas os seus "elements" é que tomam "une valeur purement oppositive, relative, negative" (5).

O desenvolvimento teórico e metodológico obtido pela fonologia deixa manifesta uma outra preocupação central nos estudos de Jakobson: a pesquisa das relações entre o som e o sentido, ou, para retomar os termos saussurianos, entre significante e significado, que vem a ser o fio condutor da maioria de seus trabalhos.

Além disso, constata-se que sua atitude metodológica consiste em levar às últimas consequências o método estrutural iniciado por Saussure. É assim que, mesmo reformulando algumas teses do Curso Jakobson faz questão de ressaltar o caráter estritamente "saussuriano", ou seja, estrutural, de suas investigações. Centraremos as revisões operadas por Jakobson na crítica aos dois princípios saussurianos do signo lingüístico: a arbitrariedade e a linearidade do significante.

2. REFORMULAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ARBITRARIEDADE DO SIGNO

Encontramos nos diferentes textos de Jakobson uma linha de pesquisa que visa fundamentalmente demonstrar as relações necessárias entre o som e o sentido. Estas relações, ao contrário do que foi estabelecido por Saussure, não são arbitrárias, mas encontram uma determinação recíproca no interior do sistema lingüístico, o que quer dizer, em outras palavras, que há uma necessidade imanente à estrutura lingüística.

Para proceder a discussão sobre a arbitrariedade do signo convém, primeiramente, estabelecer os dois níveis de análise lingüística propostos por Jakobson: o plano fonológico que como vimos refere-se às unidades mínimas diferenciais, desprovidas de significação, e o plano gramatical que representa as diferenças ao nível do significado. Cada categoria gramatical, frase, palavra, morfema, possui uma carga semântica positiva, percebida pelo sujeito falante. É importante salientar, no entanto, que os traços distintivos, apesar de em si mesmos não conterem nenhuma significação intrínseca, possuem a função de distinguir os sentidos. O que significa que existe toda uma lógica no jogo de seleção e conexão dos traços distintivos, enquanto oposições entre presença e ausência de uma marca, que permite fazer uma tipologia desses traços bem como determinar as regras de seu arranjo hierárquico interno.

O objetivo das pesquisas da lingüística estrutural, tanto no que se refere ao nível fonológico da análise como ao nível gramatical, é identificar os invariantes relacionais na diversidade de suas variações. Esta busca baseia-se em duas propriedades essenciais da linguagem. Em primeiro lugar, "cada constituinte isolado de não importa qual sistema lingüís-

tico repousa sobre uma oposição entre dois contraditórios: a presença de um atributo (marcado) por oposição à ausência(não-marcado). Toda rede da linguagem apresenta um arranjo hierárquico que a cada nível do sistema, segue o mesmo princípio dicotômico de termos marcados e superpostos aos termos não-marcados correspondentes. Em seguida, o jogo contínuo, complexo e orientado dos invariantes e das variações demonstra ser uma propriedade essencial, bastante profunda, da linguagem em cada um dos seus níveis" (6).

A revisão do princípio saussuriano da arbitrariedade, introduzida em Six Leçons sur le Son et le Sens tem como ponto de partida uma contradição. De acordo com Saussure, não haveria nenhuma relação interior entre significante e significado. Assim, por exemplo, a sequência de fonemas b-ö-f não se liga ao significado boi por um elo interno. Ao mesmo tempo que mostra que significantes de línguas diferentes correspondem a um significado invariável, Saussure demonstra como os limites dos sentidos de palavras de línguas diferentes não se recobrem totalmente, por exemplo, o francês "mouton" e o inglês "sheep".

O que Jakobson coloca é que a ligação entre significado e significante não é arbitrária, sendo que o caráter de necessidade refere-se às relações externas, de contiguidade: "... a única ligação necessária entre os dois aspectos (significante e significado), é a da associação que repousa sobre a contiguidade, consequentemente sobre uma relação externa, enquanto que a associação que repousa sobre a semelhança (sobre uma relação interna) não é senão facultativa" (7). A divisão

entre relações lingüísticas externas e internas, recobre a dicotomia estabelecida a partir dos dois modos de arranjo do signo lingüístico: a combinação e a seleção. O primeiro baseado nas relações de contiguidade e o segundo, nas relações de similaridade.

A discussão sobre a arbitrariedade do signo lingüístico é enriquecida pela contribuição do lingüista Emile Benveniste, no artigo "A Natureza do Signo Lingüístico". O caráter arbitrário conferido ao signo é questionado aí, com o objetivo de restaurar "a verdadeira natureza do signo no condicionamento interno do sistema, garantindo mais além de Saussure, o rigor do pensamento saussuriano" (8).

Segundo Benveniste, estabelece-se uma contradição no texto saussuriano quando a definição de signo que inicialmente envolvia somente os conceitos de significante e significado, passa a incluir um elemento que é externo ao sistema da língua: a relação com a realidade. É assim que a concepção de Saussure fica associada àqueles sistemas de pensamento que a partir da observação das diferenças (entre as línguas, no caso), postulam que a "universal dessemelhança resulta na universal contingência" (9), ou seja, a partir da observação de que duas palavras de línguas diferentes designam o mesmo objeto, deriva que a relação entre as palavras e as coisas é arbitrária.

O nexo entre significante e significado não seria arbitrário mas sim intrínseco e necessário, já que esses dois termos foram impressos conjuntamente no espírito, o que assegura sua unidade estrutural. "O que é arbitrário é que tal

signo e não tal outro, seja aplicado a tal elemento da realidade e não a tal outro" (10).

A argumentação de Benveniste se vale de pelo menos dois pontos em que essa confusão pode ser encontrada no texto de Saussure: a arbitrariedade não se refere à relação entre significante e significado mas sim entre signo e realidade. Quando Saussure deriva as qualidades de mutabilidade e imutabilidade da língua do princípio da arbitrariedade, "não é entre significante e significado onde a relação ao mesmo tempo se modifica e permanece imutável, senão entre signo e objeto; é em outros termos, a motivação objetiva da designação, submetida como tal à ação de diversos fatores históricos" (11). E ainda, quando Saussure considera que os valores são relativos, reafirmando o caráter arbitrário do vínculo entre significante e significado (Curso, p.132) novamente identifica o significado com o objeto. Isto é, segundo Benveniste, se a natureza arbitrária do signo refere-se a sua relação com a realidade, segue-se que o caráter relativo que lhe é conferido pela noção de valor não é uma consequência da arbitrariedade mas sim do sistema formal que permite definir o valor a partir de suas relações diferenciais com os outros signos do sistema.

Jakobson e Benveniste compartilham a crítica à arbitrariedade, mas a ênfase do primeiro é colocada na solidariedade do sistema fonológico. Retomando: Jakobson reformula a concepção saussuriana que atribui um caráter arbitrário aos elementos distintivos de todas as línguas, já que qualquer desses elementos pode substituir outros, desde que seja revesti-

do do mesmo valor distintivo. O argumento baseia-se na natureza estritamente opositiva dos fonemas. Se os traços distintivos são entidades opositivas, suas propriedades diferenciais nunca serão isoladas pois "cada uma dessas propriedades implica a co-presença da propriedade oposta no mesmo sistema" (12)[1]. O caráter necessário desta co-presença pode ser generalizado: "a oposição também não se encontra isolada no sistema fonológico. Há solidariedade entre as oposições das propriedades distintivas, isto é, a existência de uma oposição implica admite ou exclui a coexistência de tal ou tal outra oposição no mesmo sistema fonológico, da mesma forma que a presença de uma certa propriedade distintiva implica a ausência de tais ou tais outras propriedades distintivas no mesmo fonema"(13).

É assim que se pode pensar num sistema de englobamentos crescentes dos diversos níveis lingüísticos relacionando-os com o grau de necessidade que no entanto é decrescente. Haveria portanto um grau de necessidade maior, ou seja, um constrangimento determinante do código em relação às unidades mínimas da linguagem e na medida em que essas unidades crescem, combinando-se em palavras e estas em frases, o grau de liberdade de escolha se torna maior: "Existe pois, na combinação de unidades lingüísticas, uma escala ascendente de liberdade. Na combinação de traços distintivos em fonemas, a liberdade individual do que fala é nula; o código já estabeleceu todas as possibilidades que podem ser utilizadas na língua em questão. A liberdade de combinar fonemas em palavras está circunscrita, está limitada à situação marginal de criação de pala-

1 - Por exemplo, o caráter agudo de determinado fonema implica simultaneamente seu oposto grave.

vras (no caso de neologismos, por exemplo). Ao formar frases com palavras, o que fala sofre menor coação. E,finalmente, na combinação de frases em enunciados, cessa a ação das regras coercitivas da sintaxe e a liberdade de qualquer indivíduo para criar novos contextos cresce substancialmente, embora não se deva subestimar o número de enunciados estereotipados" (14).

Em suma, os argumentos contra a tese da arbitrariedade do signo referem-se aos dois níveis da análise lingüística. Em primeiro lugar, a natureza solidária do sistema fonológico implica a necessidade das leis de combinação e substituição dos traços distintivos. Em segundo lugar, ao nível gramatical, existem também leis de correspondência entre significante e significado que seriam impostas pelo código, na composição das unidades lingüísticas.

Sobre o constrangimento do código na composição das unidades lingüísticas, cabe ressaltar a análise feita por Jakobson em seu artigo "A Procura da Essência da Linguagem".Partindo da concepção de C.S.Peirce, sobre os tipos de signos lingüísticos, Jakobson procede uma análise das relações que determinam uma correspondência entre o som e o sentido[2].

Peirce constrói uma tipologia dos signos lingüísticos baseada nas diferentes relações que podem existir entre significante e significado. Distingue três tipos de signos: o ícone, que se caracteriza pela semelhança entre o significante e o significado, estabelecendo uma equivalência entre o que é representado e a representação; o índice,que estabele-

2 - Jakobson encontra na concepção peirciana um caminho para resolver a questão da natureza convencional da relação entre significante e significado, garantindo assim o seu caráter necessário.

ce a contiguidade entre o significado e o significante, na qual o significante funciona como uma espécie de vestígio, como um sintoma do significado (por exemplo: a fumaça é um índice de fogo); e o símbolo, que funciona como uma regra convencional, independente da semelhança ou da contiguidade de fato existente.

Segundo Peirce, todo signo seria uma combinação desses três elementos, sendo que o constituinte predominante fundamentaria a caracterização do tipo: "seria difícil, senão impossível, citar um exemplo de índice absolutamente puro, assim como encontrar um signo que seja completamente desprovido de qualidade indicativa" (15). E ainda: "os mais perfeitos dos signos são aqueles nos quais o caráter icônico, o caráter indicativo e o caráter simbólico estão amalgamados em proporções tão iguais quanto possível" (16).

Em relação aos elementos icônicos da linguagem, Peirce distinguia duas sub-classes: a imagem, caracterizada como representação das qualidades simples do significado, ou seja, a semelhança do significante em relação ao significado baseia-se nas qualidades simples deste último; e os diagramas em que a correspondência entre significante e significado fica referida às relações entre suas partes. Tal como numa legenda em que a relação entre as partes de um retângulo representam determinadas quantidades, ou numa equação algébrica cujos termos representam determinadas proporções. Dessa mesma forma, pode-se pensar a função icônica de uma palavra no interior de uma frase. Há uma relação icônica por exemplo entre o sujeito da oração e o sujeito da ação: "É o sujeito, único

termo independente da oração, que põe em evidência aquilo a que se aplica a mensagem. Qualquer que seja, com efeito, a posição do agente, ele é necessariamente promovido à dignidade de herói da mensagem logo que assume o papel de sujeito dela" (17).

O caráter diagramático da linguagem se expressa tanto ao nível sintático, da combinação de palavras em frases como a nível morfológico, da combinação de morfemas em palavras. É o caso por exemplo, da forma significante do plural que é mais longa que a do singular, ou ainda das formas comparativas em determinadas línguas, como "high-higher-highest", em que a gradação a nível do número de fonemas da palavra corresponde a uma gradação ao nível do significado. A função icônica do signo pode ser considerada como mais um argumento contra a tese da arbitrariedade das relações entre significante e significado, pois os constituintes diagramáticos do sistema de signos são universalmente impostos, isto é, são determinados pelo código.

Segundo Jakobson, o valor icônico das oposições fonológicas manifesta-se principalmente na linguagem poética: "Stéphane Mallarmé, que tinha uma sensibilidade surpreendente para a textura sonora da língua, fez a seguinte observação no seu ensaio Crise de Vers: 'Ao lado de 'ombre', termo opaco, 'ténèbres' escurece pouco; que decepção diante da perversidade que confere a 'jour' e a 'nuit', contraditoriamente, timbres escuros num caso, claros noutro'. O verso, entretanto, como o queria o poeta, 'remunera o defeito das línguas'. Uma leitura atenta das imagens noturna e diurna na poesia francesa mostra como

'nuit' se escurece e 'jour' se aclara quando o primeiro é colocado num contexto de vogais graves e bemolisadas, e quando o segundo se dissolve numa sequência de fonemas agudos" (18).

Quanto ao aspecto indicativo da linguagem, estudado por Jakobson no artigo "Les Embrayeurs, les Catégories Verbales et le Verbe Russe", refere-se às relações de contiguidade entre significante e significado, que se expressam nas conexões entre código e mensagem.

Existem quatro tipos de relações possíveis entre o código e a mensagem no processo de comunicação, segundo sejam tratados como objeto de emprego ou como objeto de referência. Em primeiro lugar, a mensagem pode se referir a uma outra mensagem, num processo circular, neste caso temos como exemplo o discurso indireto: "Ele disse que compreendeu o texto". Em segundo lugar, a mesma circularidade pode ocorrer em relação ao código: um nome próprio (elemento do código) só se refere a este elemento mesmo, que é o seu lugar no código. Assim, a significação geral de Pedro é Pedro.

Quando a mensagem se refere ao código, como no caso da metalinguagem, encontra-se na própria mensagem a elucidação da significação das expressões. Por exemplo: "Isto" quer dizer "aquilo". O outro tipo de funcionamento da relação entre código e mensagem é representado pela categoria dos "engatadores" ("shifters" ou "embrayeurs"): "Todo código lingüístico contém uma classe especial de unidades gramaticais que se pode chamar de "embrayeurs": a significação geral de um "embrayeur" não pode ser definida fora de uma referência à mensagem" (19). Os pronomes pessoais da primeira e segunda pessoa do singular (eu/tu) possuem uma significação geral deter-

minada pelo código, mas ao mesmo tempo, só funcionam no seu emprego atual na mensagem.

A particularidade desta categoria é o fato de unir as funções simbólica e indicativa do signo lingüístico (de acordo com a classificação peirciana). Sendo assim, esses conectores funcionam, ao mesmo tempo, como regra convencional e como relação existencial com o objeto representado. Os pronomes pessoais da primeira e segunda pessoa, são os exemplos mais claros desses símbolos-índices: "eu", representa seu objeto por uma regra convencional que garante uma significação geral da palavra, apesar dos diferentes significantes em que se apresenta nos diversos códigos (I, Je, Ich), e, simultaneamente mantém uma relação existencial com este objeto, o emissor da mensagem, funcionando com índice da enunciação.

De acordo com uma determinada tradição lingüístico-filosófica (Husserl, por exemplo), o pronome pessoal da primeira pessoa do singular era tratado apenas como índice, não tinha uma significação geral única e constante mas uma multiplicidade de significações contextuais, já que designava emissores diferentes. O que Jakobson demonstra é que, na verdade, os pronomes bem como todos os outros conectores ("shifters") possuem uma significação geral que é característica de todos os símbolos (no sentido peirciano) diferindo somente no aspecto em que se referem obrigatoriamente à mensagem.

A complexidade dos "shifters" pode ser notada na aquisição da linguagem pela criança; os pronomes pessoais são mais tardiamente assimilados, causando dificuldades e confusões no seu emprego em referência a si próprio e ao outro (in

terlocutor). Do mesmo modo, isso consta como uma das primeiras perdas da linguagem na afasia. "Se nós observamos que mesmo os lingüistas tiveram dificuldade em definir a significação geral do termo "eu" (ou "tu"), que significa a mesma função intermitente de diferentes sujeitos, é inteiramente compreensível que uma criança que aprendeu a se identificar a seu nome próprio não se habitue facilmente a termos não alienáveis como os pronomes pessoais: ela pode hesitar em falar de si mesma na primeira pessoa, já que seus interlocutores a chamam de "Tu"" (20).

Os "shifters" tomam parte numa classificação mais ampla das categorias verbais baseada em duas distinções fundamentais: a distinção entre a enunciação e seu objeto, o enunciado, e a distinção entre esses processos e seus protagonistas (agente ou paciente). Temos então quatro elementos que fazem parte da mensagem: o enunciado enquanto acontecimento relatado, a enunciação ou ato de discurso, e ainda os protagonistas destes processos que podem ser tanto o emissor como o destinatário. As categorias verbais serão então definidas e classificadas de acordo com as conexões entre esses quatro elementos. Destacaremos aqui, somente aquelas que constituem os "shifters", por se referirem seja à enunciação seja ao protagonista da enunciação, são elas: a) a relação do protagonista do enunciado com o protagonista da enunciação (por exemplo, os pronomes pessoais da primeira e segunda pessoa); b) a relação entre o processo do enunciado e o processo da enunciação; c) a referência do processo do enunciado bem como de seus protagonistas aos protagonistas da enunciação, relação que é ca

racterizada pelo modo do verbo empregado (o modo Imperativo, por exemplo, indica a atitude de comando da pessoa que fala em relação a seu interlocutor); d) o quarto tipo de "shifter" relaciona os três processos: o enunciado, a enunciação e a "enunciação-enunciada", isto é, "a fonte de informação proposta relativamente ao processo do enunciado" (21). Jakobson chama esta categoria verbal de testemunhal ("testemonial") e exemplifica: quando se enuncia "Ele partiu" e em seguida "Eu sou testemunha de que ele partiu".

Uma complementação da análise do pronome pessoal "eu", como índice da enunciação merece ser citada, por ser uma das primeiras referências que a lingüística estrutural faz sobre a questão do sujeito que fala. Vamos buscá-la na concepção de subjetividade que o lingüista E. Beveniste apresenta nos artigos "A Natureza dos Pronomes" e "Da Subjetividade na Linguagem".

Segundo Benveniste, as categorias lingüísticas (gramaticais) podem ser divididas em duas classes: a primeira, dos "shifters" (pronomes pessoais eu/tu, alguns pronomes demonstrativos e alguns advérbios) que mantém sua referência ao que ele chama "a presente instância do discurso", ou como diria Jakobson, à enunciação. Esses elementos teriam a função de fazer a conexão entre o enunciado e a enunciação.

Sem entrar na questão da segunda classe de termos[2], examinemos somente a questão do pronome pessoal eu, na medida

---

2 - A outra classe de termos manteria sua referência a uma "noção constante e objetiva" ou "aos objetos reais, aos tempos e lugares históricos" (23).

em que seu uso no discurso, funda o que poderíamos chamar "o sujeito da lingüística": "Eu não pode ser identificado senão pela instância de discurso que o contenha e só por ela. Só vale na instância em que é produzido. Mas, paralelamente, é também enquanto que instância de forma "eu" como deve ser tomado; a forma eu não tem existência lingüística senão no ato da palavra que a profere" (22).

O que se encontra nessa análise é a determinação lingüística na constituição da subjetividade, pois é pelo emprego do termo "eu" que a subjetividade ganha seu fundamento.

A tese de Benveniste concebe o sujeito como fundado pela linguagem a partir de uma espécie de unificação das vivências da consciência, que é promovida pelo uso do pronome "eu". O pronome pessoal, ao contrário dos demais signos lingüísticos, não se refere a um conceito nem tampouco a um indivíduo ou a uma realidade mas sim ao ato do discurso (ao próprio proferimento). A subjetividade se funda não sobre uma realidade mas no próprio exercício da língua, isto é, no discurso.

Ora, esse ato de discurso exige um interlocutor pois o processo de comunicação envolve necessariamente a polaridade locutor/interlocutor (eu/tu). Assim, Benveniste coloca o discurso como fundamento da subjetividade: "É ego quem diz ego" (24), mas ao mesmo tempo, esse "eu" só pode ser empregado quando dirigido a um outro no diálogo. Essa relação dialética, no entanto, não é simétrica pois o eu mantém-se numa posição de transcendência com respeito ao tu, apesar da complementaridade que os une.

O que se pode notar a partir da análise dos "shifters", em Jakobson, e dos pronomes pessoais, em Benveniste é a introdução na análise lingüística de categorias que apesar de pertencerem ao código, remetem necessariamente às circunstâncias da mensagem e, em particular, ao ato de enunciação. Essas categorias fariam, portanto, uma conexão entre a língua (ou código geral) e o ato de fala (particular).

3. REVISÃO DO PRINCÍPIO DA LINEARIDADE DO SIGNIFICANTE

O segundo princípio saussuriano do signo, o caráter linear do significante, é criticado por Jakobson na medida em que se baseia somente nas relações de contiguidade entre as unidades lingüísticas.

Jakobson apóia-se na concepção de Charles Bally sobre o caráter não linear do significado, definido pela noção de acúmulo de significados: "há um acúmulo de significado quando um significado quando um significante único e indecomponível encerra múltiplos valores, claramente analisáveis em virtude de uma série de oposições. Assim, a desinência – ō do verbo latim 'am – ō' comporta a idéia de primeira pessoa em oposição à desinência de 'am-ās', a idéia de singular em oposição à desinência de 'amāmus', a idéia de presente em oposição à desinência de 'amābam' e assim por diante" (25).

Analogamente, de acordo com Jakobson, poder-se-ia falar de um acúmulo de significantes: um mesmo fonema se distingue de outro por uma série de traços distintivos simultâneos. Por exemplo: o fonema /b/ é relachado em oposição a /p/; oclusivo em oposição a /v/; não nasal por oposição a /m/; grave

por oposição a /d/ e assim por diante. Bally só não teria chegado a essa concepção de acúmulo de significantes porque, como bom discípulo, não poderia criticar o argumento saussuriano da impossibilidade de se pronunciar dois sons ao mesmo tempo. Ora, é certo que não se pode pronunciar duas unidades articulatórias, dois fonemas ao mesmo tempo, mas o que é ressaltado é que a emissão de um fonema guarda em si a emissão de diversas qualidades distintivas ao mesmo tempo.

Com a tese da linearidade do significante, Saussure não se deu conta de que unidade e complexidade — fonema enquanto feixe de traços distintivos — podem coexistir no que se refere às entidades lingüísticas, tal como ocorre no caso de um acorde musical. O fonema e as unidades lingüísticas de forma geral são sobredeterminados.

Além disso, o próprio Saussure já havia estabelecido a dupla articulação de todo valor lingüístico, de acordo com os dois eixos, da simultaneidade e da sucessividade. Mas, contraditoriamente, o princípio da linearidade, responsável pela unidade, homogeneidade e irredutibilidade do ato fonatório, ficou restrito ao eixo temporal das sucessões. O que Jakobson aponta é justamente a necessidade de se levar em consideração esta série virtual e simultânea de qualidades opositivas.

Neste sentido, as relações "in praesentia" e "in absentia", que segundo Saussure governam respectivamente o eixo das sucessividades e o eixo das simultaneidades devem ser repensadas. Vejamos o argumento de Jakobson: "tomemos de novo o verbo "amo" (lat.). Certamente as formas que lhe são opos-

tas não fazem parte deste signo, elas estão "in absentia" mas as qualidades opositivas, elas são inerentes ao signo em questão, elas são "in praesentia", e são elas que constituem o signo. Trata-se no caso presente de significações da primeira pessoa do singular, do presente, etc. Se tomamos o componente vocálico da palavra "sourd", o fonema /u/, nós constatamos de novo que os outros fonemas vocálicos estão ausentes da série efetiva, mas é graças à sua presença na língua, graças à possibilidade de os substituir aos fonemas dados, que este último contém as qualidades opositivas que o constituem. É "in praesentia" que cada fonema comporta um feixe de caracteres distintivos" (26).

Uma vez que o fonema define-se como um feixe de traços distintivos, de acordo com o princípio da dupla articulação, não é somente no eixo das simultaneidades que ele apresenta uma extensão. Também no eixo das sucessividades, ao contrário da concepção estritamente pontual de Saussure, haveria uma extensão[3]. O fonema é, portanto, a menor unidade bidimensional, mas pode ser dissociado em unidades menores no que se refere a cada um dos dois eixos que o compõe.

O caráter extenso dos traços distintivos, tanto no eixo das simultaneidades como no eixo das sucessividades, con

3 - Jakobson denomina traços prosódicos aqueles que caracterizam a extensão no eixo das sucessões enquanto os traços inerentes caracterizam a extensão no eixo das simultaneidades."Os traços distintivos inerentes que até agora foram descobertos nas línguas do mundo e que, ao lado dos traços prosódicos, estruram todo acervo lexical e morfológico, compreendem doze oposições, de cujo conjunto cada língua faz a sua própria seleção" (29).

fere ao fonema, isto é, à singularidade estrutural, um caráter de valor sobredeterminado – assim como um acorde musical é uma combinação de notas simultâneas.

Um raciocínio semelhante pode ser aplicado no que diz respeito à questão da temporalidade, representada na teoria saussuriana pelos conceitos de sincronia e diacronia. Essa dicotomia em Saussure, recobria a dicotomia entre o estático e o dinâmico. Sendo assim, eram preconizadas duas lingüísticas, completamente separadas, conforme o estudo recaísse sobre "as relações existentes no interior do sistema lingüístico do qual toda intervenção do tempo é excluída" ou sobre "as mudanças sucessivas particulares sem nenhuma referência ao sistema" (27).

O que Jakobson demonstra é que um fato ou momento sincrônico do código é sempre efeito de algumas mutações bem como ponto de partida de outras, o que resulta na coexistência sincrônica, em subcódigos ou camadas estilísticas diferentes, do início e do resultado de um processo de mutação. O exemplo é esclarecedor: "os dois fonemas /e/ e /u/ eram distinguidos pela geração de nossos avós em Moscou. No linguajar de nossa geração e no de nossos filhos, esses dois fonemas fundiram-se num /i/. Para a geração intermediária, a de nossos pais, a distinção era facultativa" (28). Ou seja, a geração intermediária expressa no mesmo código uma distinção que se tornará uma mutação.

Jakobson propõe, então, uma sincronia dinâmica, onde as mudanças são explicadas a partir da estrutura que as determina, "e do papel que elas desempenham no interior deste

sistema; inversamente nenhuma língua pode receber uma descrição completa e adequada sem que sejam levados em conta as mudanças que começam a se operar" (30). O estudo da lingüística diacrônica, por sua vez, diria respeito a história das sincronias dinâmicas, traçando a evolução das mudanças do sistema lingüístico, mas também levando em conta os elementos invariantes do sistema lingüístico.

4. SIGNIFICAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROCESSOS ESTRITAMENTE LINGÜÍSTICOS

Jakobson aponta que o problema da significação deve ser investigado pela lingüística de forma análoga à abordagem fonológica, isto é, deve ser concebida como diferencial. A ênfase no caráter estritamente lingüístico da semântica leva-o a criticar as concepções realistas de significação. Um argumento contra essas teses baseia-se no exemplo do que Wittgenstein[4] denomina "definição ostensiva das palavras": Se, para elucidar o sentido do termo cigarro a um estrangeiro, apontássemos com o dedo para um maço de cigarros em cima da mesa, o estrangeiro, com tal tipo de definição, não poderia decidir se o apontar referia-se ao maço, à marca dos cigarros, à forma do maço, a seu conteúdo ou à relação do maço com a mesa, por exemplo. Faz-se necessário um domínio mínimo da língua para que se possa chegar ao sentido de determinado termo. Ou melhor, o estrangeiro só entenderá o sentido de cigarros, quando tiver dominado uma série de outros signos lingüísticos que funcionarão como interpretantes do signo em questão.

---

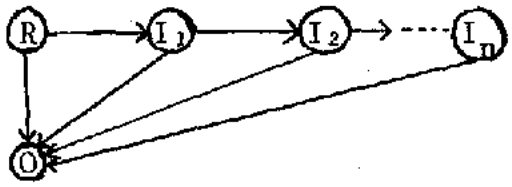
4 - Em Investigações Filosóficas , Wittgenstein indica que o sentido de um termo é o seu uso ou emprego num determinado contexto lingüístico-social; para Jakobson o uso é determinado pelas regras gramaticais do código lingüístico.

Para argumentar contra as teses realistas, Jakobson utiliza, ainda, a concepção peirciana de signo. O signo, "para ser compreendido, exige não só dois protagonistas que participem do ato de fala, mas além disso um interpretante"(31), isto é, um outro signo ou conjunto de signos que possa traduzir ou substituir o primeiro. Peirce constrói o triângulo semiótico para representar essas relações, onde todos os elementos são signos, apesar dos lugares que ocupam no triângulo: o Representamen(R) ou signo é "uma coisa ligada, sob um certo aspecto, a um segundo signo, seu objeto(O), de tal modo que relaciona uma terceira coisa, seu Interpretante(I), com este objeto de modo a relacionar uma quarta coisa com o mesmo objeto e assim por diante"(32)[5].

Segundo Jakobson, é no interior do sistema lingüístico que se deve buscar os condicionamentos da significação. É nos próprios fatores constituintes da função comunicativa da linguagem, particularmente no código e na mensagem, que se pode encontrar a referência dos signos lingüísticos. "Uma dada unidade significativa pode ser substituída por outros signos mais explícitos do mesmo código, por via de que seu significante geral se revela, ao passo que seu sentido contextual é determinado por sua conexão com outros signos no interior da mesma sequência" (33).

A partir dessa dupla referência, definem-se os dois modos de operação no arranjo das unidades lingüísticas: a com-

5 - O triângulo semiótico de Peirce é assim representado:



binação e a seleção ou substituição. Em primeiro lugar, toda unidade lingüística é formada a partir da combinação de unidades menores, bem como se combinará com outras unidades, numa composição mais complexa. Jakobson distingue dois tipos de combinação, a concatenação e a concorrência. A primeira refere-se à combinação numa sequência temporal e linear. Este teria sido o único modo de combinação percebido por Saussure,quando postulou a propriedade linear do significante. A concepção de fonema como feixe de traços distintivos, como já vimos, revela a outra possibilidade de combinação, na qual os elementos são concorrentes.

Por outro lado, a unidade lingüística deve ser selecionada do código, baseando-se na possibilidade de substituir um elemento por outro num leque que vai desde a equivalência dos sinônimos até o "fundo comum" dos antônimos. O que caracteriza a relação desses elementos no código é sua associação baseada em diferentes graus de similaridade. Todas as unidades lingüísticas se constituem, portanto, a partir da dupla articulação entre essas duas operações, combinação e seleção, que recobrem respectivamente o eixo da contiguidade e o eixo da similaridade.

O estudo desse duplo caráter da linguagem revelou-se da maior importância, particularmente no que diz respeito aos processos de aquisição e de dissolução afásica da linguagem: "a regressão afásica se revelou um espelho da aquisição de sons da fala pela criança; ela nos mostra o desenvolvimento da criança ao inverso. Mais ainda, a comparação entre a linguagem infantil e a afasia nos permite estabelecer diver

sas leis de implicação" (34). Os distúrbios afásicos podem ser classificados em dois tipos, de acordo com a operação lingüística deficiente. A afasia da similaridade envolveria distúrbios nos processos de seleção e substituição enquanto a afasia da contiguidade envolveria deficiência na capacidade de combinar as unidades lingüísticas ou, em suma, de construir enunciados.

O afásico com distúrbios da similaridade possui uma linguagem reativa, o que lhe permite continuar e desenvolver uma conversa a partir de um procedimento que envolve a contiguidade das combinações, já que o processo de combinar e fazer conexões não foi prejudicado. Em contrapartida, encontra dificuldade em iniciar uma proposição bem como em substituir palavras por seus sinônimos.

No segundo tipo de afasia, a capacidade de combinar as palavras de acordo com as regras gramaticais e também a conservação da hierarquia das unidades lingüísticas ficam prejudicadas, gerando um estilo telegráfico de comunicação.

Jakobson utiliza ainda as figuras retóricas da metáfora e da metonímia para caracterizar os dois distúrbios afásicos. Assim, no caso do primeiro distúrbio, o discurso se desenrolaria metonimicamente com prejuízo dos processos metafóricos e, no caso do distúrbio da contiguidade, o prejuízo seria dos processos metonímicos.

A metáfora e a metonímia são procedimentos estilísticos igualmente presentes no discurso normal: "manipulando es

ses dois tipos de conexão (similaridade e contiguidade)em seus dois aspectos (posicional e semântico) — por seleção, combinação e hierarquização — um indivíduo revela seu estilo pessoal, seus gostos e preferências verbais" (35)[6]. A poesia e a literatura demonstram, ainda, como a interação ou a predominância de cada um desses "tropos" vai determinar um estilo específico. Assim a metonímia seria preponderante na epopéia grega ("Aquiles, dos pés ligeiros...", por exemplo) e também no realismo moderno, enquanto a metáfora predominaria no Romantismo ("O remorso devorador, crescia em seu coração", por exemplo) e no Surrealismo.

Na poesia, "o paralelismo métrico dos versos ou a equivalência fônica das rimas impõe o problema da similitude e do contraste semântico; existem rimas gramaticais e antigramaticais, mas nunca rimas agramaticais" (36). A determinação da gramática no nível semântico é fundamental: "a agramaticalidade efetiva priva um enunciado de sua informação semântica"(37). Vê-se assim que, mesmo na poesia, campo mais propício à criação de sentido, permanecem regras e constrangimentos que são determinados, em última instância, pelo código gramatical[7].

---

6 - O emprego da metáfora e da metonímia num discurso pode referir-se à conexão semântica — um tema leva a outro por similaridade ou contiguidade — ou à conexão posicional — os termos passam a se assemelhar em função do lugar sintático que ocupam na frase.

7 - A atividade estruturalista de criação de sentido é ilustrada de forma brilhante pos Lévi-Strauss, através da figura do "bricoleur":"animado por seu projeto, seu primeiro passo prático é, todavia retrospectivo: deve voltar-se para um conjunto já constituído, formado de ferramentas e materiais; fazer-lhe e refazer-lhe o inventário; enfim e, sobretudo, entabolar com ele uma espécie de diálogo, para enumerar, antes de escolher entre elas, as respostas possíveis que o conjunto pode oferecer ao problema que ele lhe apresenta. Todos esses objetos heteróclitos, que constituem seu tesouro, interroga-os para compreender o que cada um deles poderia significar, contribuindo, assim, para definir um conjunto a realizar, mas

Todas as escolhas e conexões, por mais inusitadas que sejam, têm sua possibilidade de existência regida por um código que lhes é pré-existente. Mas, no que diz respeito ao código lingüístico, isto não quer dizer que ele seja um bloco monolítico, pois as variações dos empregos de determinada unidade lingüística coexistem numa série simultânea de sub-códigos diferentes. O nível semântico implicaria tanto as significações gerais como as significações contextuais que variam de acordo com os subcódigos e com as circunstâncias da enunciação da mensagem. Mas o que a análise lingüística deve buscar é o nível semântico invariante e estável, o significado geral. Por exemplo, fala-se de um significado geral e estável do termo árvore como uma espécie de planta, mas a variedade dos tipos de árvores — sua significação contextual — só pode especificar-se no contexto da mensagem.

Os sub-códigos podem ser caracterizados de acordo com as funções da linguagem que neles predominem. Segundo Jakobson, a função fundamental da linguagem é a comunicação, enquanto processo que envolve um emissor (remetente), um receptor

---

que não diferirá, finalmente, do conjunto instrumental senão pela disposição interna das partes. Este cubo de carvalho pode ser um calço para remediar a insuficiência de uma tábua de abeto, ou ainda, um soco, o que permitiria pôr em evidência o áspero e o polido da velha madeira. Num caso, ele será extensão e, no outro, matéria. Mas estas probabilidades permanecem sempre limitadas pela história particular de cada peça e pelo que nela subsiste de predeterminado, devido ao uso original, para o qual ela foi concebida, ou pelas adaptações que sofreu, em vista dos outros empregos. Como as unidades constitutivas do mito, cujas combinações possíveis são limitadas pelo fato de serem obtidas por empréstimo da língua em que já possuem um sentido restringindo a liberdade de manobra, os elementos colecionados e utilizados pelo "bricoleur" estão pré-constrangidos"(39).

(destinatário), um código, uma mensagem, o contexto (ao qual a mensagem se refere) e um contato (conexão física e psicológica entre remetente e destinatário). Embora todos esses fatores participem do processo da comunicação, cada um implicará numa função que pode preponderar em diferentes mensagens. Assim, a ênfase dada ao remetente especifica a função emotiva, isto é, "a expressão direta da atitude de quem fala em relação àquilo de que se está falando" (38). O enfoque no destinatário caracteriza a função conativa, representada pelo uso do vocativo e dos imperativos. A função metalingüística intervém quando há necessidade de verificação do código utilizado pelo falante e pelo ouvinte, no sentido de uma elucidação da informação. A função referencial focaliza o contexto, e a função fática (do grego "phatis" – rumor) diz respeito à manutenção ou interrupção do canal que possibilita a comunicação. Finalmente, a ênfase na própria mensagem caracteriza a função poética.

Jakobson ressalta que a função poética não é exclusiva da arte poética; ela aí é a função dominante, mas participa de todos os outros tipos de mensagens. A função poética representa o campo mais proveitoso à criação lingüística; através dela, as relações entre significante e significado expressam seu maior poder de criação de sentido.

Vimos como, nas reformulações que opera em relação à lingüística saussuriana, Jakobson indica a saída estruturalista para o problema da significação. Em Saussure encontramos uma interpretação ambígua do termo significação: ora referido às atualizações contingentes do ato de fala, ora empregado co

mo produto da relação entre significado e significante. Mas, em qualquer desses sentidos, a noção de significação distingue-se da noção de valor. Em Jakobson, não encontramos tal tipo de ambigüidade. O caráter relacional do sistema é o pressuposto fundamental para a abordagem do problema da significação. A partir da função comunicativa da linguagem, o processo de significação é condicionado por uma dupla referência: existe uma significação geral, determinada pelas leis gramaticais do código lingüístico e, uma significação contextual, referida à mensagem. Os enunciados ditos agramaticais, consequentemente, não possuem qualquer significação.

Devemos enfatizar, ainda, a abordagem essencialmente lingüística da questão semântica, empreendida por Jakobson. Os aspectos icônicos e indicativos da linguagem, além, é claro, dos aspectos simbólicos, são objetivados a fim de se colocar uma saída para o problema da referência. O extra-lingüístico não integra a estrutura e, consequentemente, não deve ser o guia da questão semântica. Esta deve ser equacionada a partir das relações diferenciais e necessárias que constituem a estrutura. A significação é determinada, em última instância, por leis estruturais – de combinação e seleção – que são inconscientes.

Mas o termo inconsciente remete-nos a uma última questão: que lugar ocupa o sujeito falante em relação a essa estrutura lingüística inconsciente? O que se pode notar é que o estudo do sujeito falante não faz parte do empreendimento da lingüística estrutural. Gostaríamos, apenas, de mencionar como estruturalismo responde à questão do sujeito, através das

palavras de Lévi-Strauss: "A lingüística nos põe em presença de um ser dialético e totalizante, mas exterior (ou inferior) à consciência e à vontade. Totalização não reflexiva, a língua é uma razão humana que tem suas razões, e que o homem não conhece. E, se nos objetam que, apenas, ela é assim para o indivíduo que a interioriza a partir da teoria lingüística, responderemos que, a este sujeito, que é um sujeito falante, esta escapatória deve ser recusada: porque a mesma evidência, que lhe revela a natureza da língua, lhe revela também que ela era assim quando não a conhecia, pois já se fazia compreender, e que constituirá tal qual, amanhã, sem que ele o saiba, uma vez que seu discurso nunca resultou, nem resultará nunca, de uma totalização consciente das leis lingüísticas ..." (40).

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) SAUSSURE, F. Curso de Lingüística Geral, op. cit.,p.51.

(2) JAKOBSON, R. - Six Leçons sur le Son et le Sens, Paris, Ed. de Minuit, 1976, p. 85.

(3) Ibid, p. 89.

(4) Ibid, p. 90.

(5) JAKOBSON, R. "Fonema e Fonologia" in Os Pensadores. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1978, p. 97.

(6) JAKOBSON, R. "Rapports Internes et Externes du Langage" in Essais de Linguistique Générale II. Paris,Ed. de Minuit, 1973, p. 82.

(7) JAKOBSON, R. Six Leçons sur le Son et le Sens, op. cit., p. 118.

(8) BENVENISTE, E. "Naturaleza del Signo Lingüístico"in Problemas de Lingüística General. México, Ed. Siglo Veintiuno, 1980, p. 55.

(9) Ibid, p. 51.

(10) Ibid, p. 52.

(11) Ibid, p. 53.

(12) JAKOBSON, R. Six Leçons ..., op. cit., p. 120.

(13) Ibid, p. 121.

(14) JAKOBSON, R."Dois Aspectos da Linguagem e Dois Tipos de Afasia" in Lingüística e Comunicação. São Paulo,Ed. Cultrix, 1975, p. 39.

(15) JAKOBSON, R. "À Procura da Essência da Linguagem" in Lingüística e Comunicação, op. cit., p. 104.

(16) Ibid, p. 104.

(17) Ibid, p. 106/7.

(18) Ibid, p.114.

(19) JAKOBSON, R. "Les Embrayeurs, les Catégories Verbales et le Verbe Russe" in Essais de Linguistique Générale I, Paris, Ed. de Minuit, 1963, p. 178.

(20) Ibid, p. 180.

(21) Ibid, p. 183.

(22) BENVENISTE, E. "La Naturaleza de los Pronombres" in Problemas de Lingüística General I, op. cit., p. 173.

(23) Ibid, p. 173/4.

(24) BENVENISTE, E. "De la Subjetividad en el Lenguage" in Problemas de Lingüística General I, op. cit.,p.181.

(25) JAKOBSON, R. Six Leçons ..., op.cit., p. 105.

(26) Ibid, p. 109.

(27) JAKOBSON, R. "Rapports Internes et Externes du Langage" in Essais de Linguistique Générale II, op. cit., p.22.

(28) JAKOBSON, R. "A Linguagem Comum dos Lingüistas e dos Antropólogos" in Lingüística e Comunicação, op. cit., p. 26/7.

(29) JAKOBSON, R - "Fonema e Fonologia", op. cit., p. 74.

(30) JAKOBSON, R. "Rapports Internes et Externes du Langage" in Essais de Linguistique Générale II, op. cit., p. 22.

(31) JAKOBSON, R. "A Linguagem Comum dos Lingüistas e dos Antropólogos", op. cit., p. 31.

(32) Granger, G.G. Filosofia do Estilo, São Paulo, Ed.Perspectiva, 1974, p. 136.

(33) JAKOBSON, R. "Dois Aspectos de Linguagem e ...",op.cit., p. 41.

(34) Ibid, p. 36.

(35) Ibid, p. 56.

(36) Ibid, p. 62.

(37) JAKOBSON, R. "A Concepção de Significação Gramatical Segundo Boas" in Lingüística e Comunicação,op. cit., p. 96.

(38) JAKOBSON, R. "Lingüística e Poética" in Lingüística e Comunicação, op. cit., p. 125.

(38) Lévi-Strauss, C. O Pensamento Selvagem, São Paulo, Ed. Nacional, 1976, p. 39/40.

(40) Ibid, p. 288.

IV

DO SENTIDO AO NÃO-SENSO

A história da relação entre a psicanálise lacaniana e a lingüística estrutural passa, pelo menos, por dois momentos lógicos distintos. Um primeiro momento, em que a lingüística, enquanto estudo da estrutura da linguagem, oferece o modelo teórico que responde à própria condição de possibilidade da psicanálise: "a psicanálise só é possível se e somente se o inconsciente é estruturado como uma linguagem" (1). E um segundo momento em que as exigências teóricas e práticas próprias ao campo psicanalítico levam ao reequacionamento das formulações lingüísticas.

O que tentaremos investigar é este lugar limítrofe, marcado, de um lado, por certas articulações entre a lingüística e a psicanálise e, de outro, pelos limites que separam e diferenciam as duas disciplinas. Não pretendemos, no entanto, fazer uma exposição geral da obra lacaniana, mas apenas aí nos introduzirmos pela via da linguagem, enfocando principalmente a questão do sentido, a partir do confronto com a teoria lingüística. Mas é claro que essa abordagem conceitual não poderá desenvolver-se sem passar por outros conceitos específicos da psicanálise, necessariamente ligados à uma concepção de linguagem que pretende ser articulada a uma teoria do sujeito desejante.

As teorias de Saussure e Jakobson nos servirão de balizas fornecendo as referências necessárias ao reequacionamento da questão do sentido, tal como é realizado por Lacan.

1. A ESTRUTURA DA LINGUAGEM E A LÓGICA DO SIGNIFICANTE

No resumo que realizamos da lingüística saussuriana, nos ativemos principalmente aos princípios gerais da lingüística sincrônica, já que é esta – em seu estudo da língua como sistema e em sua análise do signo (significado e significante) como valor lingüístico – o ponto de onde Lacan parte para constituir a lógica do significante.

Tentaremos, pois, abordar essa lógica do significante nas reformulações que opera em relação à lingüística estrutural. Ao procedermos essa análise, que num primeiro momento será exclusivamente relativa a questões da linguagem, corremos o risco de deixar de lado aquele elemento que é justamente o responsável por a concepção de linguagem de Lacan não ser, simplesmente, mais uma teoria lingüística – o sujeito do inconsciente. Mas esse afastamento não será senão uma espécie de preparação mesma do campo em que o sujeito irá se constituir.

O primeiro conceito saussuriano que observamos ser reformulado por Lacan é o conceito de signo: rompe-se sua unidade estrutural bem como suas partes constituintes, suas propriedades e princípios.

Lacan enfatiza o conceito de significante como algo bem diferente do signo. O signo representaria alguma coisa para alguém, enquanto o significante "representa o sujeito para outro significante".

Encontramos um primeiro esclarecimento para essa distinção, na análise da psicologia sobre o símbolo ou signo.

As experiências de laboratório permitiram aos psicólogos produzir o que eles chamam de símbolo, a partir da associação entre estímulos anteriormente neutros e reflexos incondicionados, produzindo um reflexo condicionado: o estímulo anteriormente neutro passa a funcionar como símbolo do estímulo desencadeador do reflexo incondicionado. Ora, o que se pode notar, a partir dessa concepção um tanto simplista mas de qualquer forma representativa, é que o objeto (no caso, o estímulo incondicionado) permanece como presença necessária à própria manutenção deste tipo de "relação simbólica". Tal concepção diz respeito a um modo de relação chamada por Lacan de imaginária, a mesma que se encontra na comunicação animal. A característica principal deste tipo de relação é que ela necessita da existência do objeto como referência que garante a própria possibilidade de codificar e comunicar. No caso da linguagem das abelhas, por exemplo, a dança ou os movimentos que indicam às outras abelhas o lugar em que se encontra uma fonte de alimento funcionam como código somente porque existe esse objeto referencial preciso.

O significante, bem ao contrário, só aparece quando a coisa não mais existe, é símbolo de coisa alguma. Veremos mais tarde como é justamente essa ausência que possibilita a constituição do sujeito.

Mas vejamos passo a passo como se dá esse deslocamento. Em primeiro lugar, convém distinguir a concepção lacaniana do significante daquela que foi formulada por Saussure. Transformando o algoritmo saussuriano de signo $\left(\frac{S_o}{S_e}\right)$ Lacan cria a seguinte representação: $\frac{S_e}{S_o}$.

A alteração efetuada por Lacan implica primeiramente uma inversão dos lugares de significante e significado. Esses lugares, por sua vez, não manterão agora qualquer tipo de relação, na medida em que são separados por uma barra resistente à significação (enfatizada por um traço mais forte). Havíamos visto em Saussure que o significante remeteria necessariamente ao significado, estabelecendo-se uma relação biunívoca entre os "dois reinos flutuantes" dos pensamentos e dos sons. De um certo modo, portanto, sua função era simplesmente de representar o significado. Em Lacan, a estrutura significante é autônoma e determinante em relação aos efeitos de significação. São suas leis relacionais (metáfora e metonímia) que serão responsáveis pela atualização de uma significação qualquer.

Em terceiro lugar, podemos observar que a elipse que se encontrava no algoritmo saussuriano, para indicar a indissociabilidade entre significante e significado na unidade do signo, foi suprimida. Agora, encontramos não mais duas faces de uma mesma entidade, mas dois momentos de uma operação — a operação de produção de sentido: o significante adquire autonomia em relação ao significado e a significação só é produzida enquanto efeito do jogo retroativo de remetimento de um significante a outro.

Para esclarecer a função de seu algoritmo, Lacan introduz uma ilustração: trata-se de um desenho de duas portas iguais, uma ao lado da outra, sendo que em cima da primeira está escrito Homens e em cima da segunda, Senhoras. Ou seja, no lugar do significado, apresenta duas portas exatamente i-

guais, mas que, no entanto, têm sentidos diferentes, a partir de uma lei significante (2).

Mas, em relação ao conceito saussuriano de signo, restam ainda suas propriedades: a arbitrariedade e a linearidade.

Segundo, Lacan, a função significante na produção da significação, ou melhor, a distinção radical entre significante e significado "vai muito além do debate concernente ao arbitrário do signo, tal como elaborou-se desde a reflexão antiga, e até do impasse, sentido desde à mesma época, que se opõe à correspondência biunívoca da palavra à coisa, mesmo no ato da denominação" (3). Com efeito, já nas discussões sofísticas veiculadas no "Crátilo" de Platão, distinguem-se duas posições concernentes à relação entre a palavra e a coisa. Segundo a perspectiva de Crátilo haveria uma relação natural entre palavra e coisa. A outra perspectiva, mais relativista, representada por Hermógenes, vê a atribuição de nomes às coisas como produto de uma convenção, de uma lei arbitrária[1].

Em Saussure, como vimos, encontramos a questão do arbitrário referida à ligação não natural, imotivada, entre significado e significante, bem como entre signo e realidade. Jakobson e Benveniste vão criticar este princípio dizendo que a relação entre significado e significante é necessária e não arbitrária. Tentemos articular, agora, como o problema da arbitrariedade coloca-se sob a ótica lacaniana.

---

1 - Segundo Platão, essa relação arbitrária seria uma indicação de que a verdade deveria encontrar-se fora da linguagem, no mundo das idéias e somente a partir daí haveria possibilidade de se construir uma linguagem ideal. Linguagem ideal que até os nossos dias não deixou de animar as pesquisas dos lógicos ditos positivistas.

A referência à questão da arbitrariedade do signo, tal como é colocada no artigo "A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud", parece ser uma crítica à concepção lingüística tradicional do significado, incluindo tanto a visão saussuriana como as retificações realizadas por Jakobson e Benveniste. Pois, em Saussure, o significado mesmo sendo intrínseco ao conceito de signo, é pensado como uma representação da idéia. E Benveniste, apesar de levar mais longe a tese estrutural de Saussure que concebe a língua como sistema de valores, mantém ainda alguma determinação do objeto na produção da significação, na medida em que considera um duplo modo de significância, o semiótico e o semântico. O primeiro fica referido à identificação do signo a partir de suas relações diferenciais com outros signos, enquanto o segundo engloba o conjunto dos referentes em suas relações com o universo discursivo. Ora, desde que se mantenha o conceito de signo, não se pode descartar a função representativa — seja da idéia, seja do objeto — que a noção de significado supõe, e é isso que Lacan aponta: "Essas considerações, por mais existentes que elas sejam para o filósofo, desviam-nos do lugar de onde a linguagem nos interroga sobre sua natureza. E fracassaremos ao sustentarmos a questão, enquanto não nos libertarmos da ilusão de que o significante responde à função de representar o significado, ou melhor, que o significante tenha que responder por sua existência ao título de uma significação qualquer, seja ela qual for" (4).

É assim que, se permanecermos nessa discussão da relação entre o signo e a coisa, ou mesmo da relação entre o

significante e o significado, recairemos no impasse de ser essa relação necessária ou arbitrária. Impasse imaginário, parece, de acordo com o que vimos de um tipo de dialética que não pode prescindir de uma relação especular e biunívoca de representação. É necessário, então, romper com este tipo de visão "representativa" da linguagem e partir da concepção do significante como elemento desprovido de qualquer significação.Pois "o lugar de onde a linguagem nos interroga" é justamente esse sistema significante que, somente através de relações diferenciais, pode produzir efeitos de significado. Nesse sentido, o conceito de significante assemelha-se ao conceito de traços distintivos, enquanto unidades mínimas, opositivas, negativas e relacionais.

Foi por ignorar esse "lugar de onde a linguagem nos interroga" que o lingüista precisou postular a ligação arbitrária entre a palavra e a coisa, para responder à questão de como e onde o signo se origina. Como se quisesse buscar a origem da linguagem em algo que lhe é exterior e não nela própria. A linguagem, ao menos inicialmente, deve ser pensada como um sistema autoreferencial, que se determina, bem como ao real.

Mas esse determinismo da linguagem, do significante, não quer dizer que não haja lugar para se pensar o acaso na teoria lacaniana; ao contrário, o que fica estabelecido é que a possibilidade de se falar em acaso está submetida à lei da posterioridade do sentido, ou seja, somente retroativamente podemos falar de acaso e isso porque existe uma ordem simbólica (significante) que lhe pré-existe e submete, determinando suas

leis: "... essas leis são precisamente aquelas da determinação simbólica. Pois é claro que são anteriores a toda a constatação real do acaso, como se vê que é conforme a obediência a essas leis, que se julga se um objeto é próprio ou não para ser utilizado para obter uma série, no caso sempre simbólica, de lances de acaso: a qualificar, por exemplo para essa função uma moeda ou esse objeto admiravelmente chamado dado"(5).

Mais valeria opor à arbitrariedade da relação entre significante e significado, o caráter contingente desta relação. O termo contingência, empregado algumas vezes por Lacan, remonta a Aristóteles, que o emprega no sentido "daquilo que pode ser e não ser" (6). Ou seja, o significante em si é sem sentido (talvez por isso Saussure tenha falado em arbitrariedade), ele pode vir a significar qualquer coisa, dependendo, por um lado, de suas leis de conexão e, por outro, dos cortes e pontuações estabelecidas no discurso.

Vemos assim que para estudar as leis da linguagem, Lacan parte do lugar próprio da linguagem. A questão sobre a origem da linguagem, que remete ao debate da arbitrariedade, fica então descartada, na medida em que envolve uma ordem que é exterior ao campo próprio da linguagem — a ordem das coisas. Em outros termos, é somente através do registro do simbólico que o real se oferece como possível ao saber.

A segunda propriedade do signo lingüístico definida por Saussure é a linearidade do significante. Menos controvertida que a primeira (arbitrariedade), essa propriedade é claramente complementada por Lacan: "Mas a linearidade que F. de Saussure considera como constituinte da cadeia do discurso,

conformemente a sua emissão por uma única voz e na horizontal, onde se inscreve em nossa escrita, se ela é necessária com efeito, não é suficiente. Ela se impõe à cadeia do discurso apenas na direção em que é orientada no tempo, sendo mesmo aí tomada como fator significante em todas as línguas em que: "Pedro agride Paulo reverte seu tempo ao inverter seus termos" (7).

Como podemos entender essa lei como necessária mas não suficiente? O caráter necessário relaciona-se ao fato de que não é possível um discurso que não seja organizado diacronicamente, isto é, numa ordem sucessiva, ou na linha do tempo como diz o próprio Saussure. Mas o que é insuficiente é que o discurso não é constituído por uma única cadeia de elementos significantes e sim por várias cadeias que se entrecruzam e se substituem produzindo o efeito que Lacan chama de polifonia: "Mas basta escutar a poesia, o que era sem dúvida o caso de Saussure, para que aí se faça ouvir uma polifonia, e ver que todo discurso mostre alinhar-se sobre diversas pautas de uma partitura" (8). Aqui, o conceito freudiano de sobredeterminação e o conceito jakobsoniano de feixe de traços distintivos recobrem-se na crítica ao princípio saussuriano da linearidade.

Vimos assim, como o desenvolvimento teórico elaborado por Lacan a partir da análise do signo lingüístico dirige-se no sentido do que poderíamos chamar de um esvaziamento deste conceito, na medida em que separa radicalmente significante e significado, supondo o primeiro como determinante[2]. Essa o

2 - Segundo Lacan o próprio Saussure já haveria apontado a primazia do significante sobre o significado, em suas anotações sobre os anagramas(9).

peração pretende acabar com a ilusão de que o significante representa o significado, colocando-o como uma função desprovida de significação, tal qual os algoritmos matemáticos.

Considerando que tanto a articulação interna ao conceito de signo como suas propriedades foram sendo pouco a pouco descartadas ou reformuladas por Lacan, restam-nos duas questões: É possível encontrar na teoria lacaniana algum elemento que mantenha as mesmas implicações conceituais que possuia nas formulações de Saussure? E ainda, já que o significante é desprovido de significação, como esta é produzida?

Em relação à primeira pergunta pensamos que há algo que se mantém. Mas não seriam propriamente elementos e sim uma determinada forma de abordagem teórica que caracteriza o estruturalismo: pensar uma estrutura articulada, regida por leis que permitem singularizar suas unidades. Essas unidades serão pois, opositivas, relativas e negativas. É Jakobson quem fornece a definição mais rigorosa da abordagem estruturalista, bem como dessas unidades, a partir da fonologia, isolando o fonema como feixe de traços distintivos. "A forma de matematização onde se inscreve a descoberta do fonema como função dos pares de oposição formados pelos menores elementos discriminativos apreensíveis da semântica nos leva aos fundamentos mesmos onde a última doutrina de Freud designa, numa conotação vocálica da presença e da ausência[3], as fontes subjetivas da função simbólica" (10).

---

3 - O exemplo da criança que brinca com o carretel, dizendo Fort/Da, fornecido por Freud em "Para Além do Princípio do Prazer"(1920), é retomado por Lacan como matriz simbólica do mecanismo da alienação (jogo da presença e da ausência), constituinte do sujeito (Cf. infra, p.102).

O significante, enquanto unidade diferencial, viria preencher o lugar teórico deixado pelo signo, na medida em que este não podia ser desvinculado do significado. Em suma, os significantes seriam "estes elementos separados que estão privados de sentido e formam em sua conjugação uma estrutura articulada, combinatória e autônoma... Esta estrutura não tem origem, se existe não se pode fazer sua gênese; está sempre já aí, posto que os elementos só valem uns em relação aos outros" (11).

Quanto à questão do sentido e da significação[4], nesse momento introdutório, cabe apenas fazer algumas indicações, já que ela envolve outros conceitos (Outro, metáfora e metonímia) e, principalmente, a entrada em cena do sujeito.

2. PRIMEIRAS INDICAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DA SIGNIFICAÇÃO

Pode-se pensar que a relação entre o significante e a significação situa-se no lugar limítrofe entre os campos da lingüística e da psicanálise. O próprio Lacan fornece uma referência para esta colocação, no artigo "A Significação do Falo", explicando seu projeto teórico e situando-o com relação à lingüística: Trata-se de "promover como necessária a toda articulação do fenômeno analítico a noção de significante, na medida em que ela se opõe à noção de significado na análise lingüística moderna. Esta última nascida após Freud,Freud não podia levar em conta, mas nós pretendemos que a descoberta de Freud ganha sua importância justamente por ter antecipado suas fórmulas, partindo de um domínio que não se poderia esperar

4 - Lacan parece empregar os termos sentido e significação como sinônimos, faremos o mesmo no decorrer desta exposição.

que se reconhecesse como seu reino. Inversamente é a descoberta de Freud que dá a oposição do significante e do significado o alcance efetivo em que convém entendê-la: a saber, que o significante tem a função ativa na determinação dos efeitos onde o significável aparece como sujeitando-se à sua marca, tornando-se por essa paixão o significado" (12).

Vimos como o modelo teórico do significante é montado a partir do conceito de fonema, ou ainda dos traços distintivos. Mas o fonema é um "elemento" estritamente lingüístico, enquanto o significante (representante do sujeito para outro significante) pode ser entendido a partir do triplo registro proposto por Lacan: real, simbólico e imaginário. Do ponto de vista do simbólico ele é um termo que só pode ser identificado através das relações diferenciais no interior do sistema. Funciona, pois, como operador binário da presença e da ausência.

Tal operação pode ser ilustrada pela lógica do mito tal como é pensada por Lévi-Strauss. Em Mito e Significado, ele relata um mito do Canadá Ocidental sobre como a raia foi utilizada para dominar os ventos que até então sopravam de forma contínua e constante, atrapalhando a pesca e a colheita. Segundo Lévi-Strauss, a forma achatada da raia permitiria efetuar o controle dos ventos porque atuaria, do ponto de vista lógico, como uma espécie de operador binário: de um lado permitiria a passagem do vento e do outro, a bloquearia. Podemos pensar então que o significável é esse contínuo(real) impossível de ser trabalhado ou significado diretamente. Mas, com a utilização do operador binário, introduz-se uma lei (da

oposição, da diferença), do sim e do não, da presença e da ausência, que instaura uma descontinuidade, um corte fundamental que permite ordenar o significável em termos de significações.

Encontramos aí uma boa analogia com o significante. O significante, enquanto operador binário, é em si mesmo sem sentido e pode vir a significar qualquer coisa. Mas isso não quer dizer que não haja uma lei regendo as articulações significantes que produzirão efeitos de significação. Há a significância enquanto lei, não da arbitrariedade, mas da contingência.

As operações significantes na ordem simbólica caracterizam a significância enquanto mecanismo produtor de significações, sempre parciais. Mas, se essas significações se cristalizam, dando a ilusão de serem acabadas, completas, como no caso de um signo (a palavra "rato" tendo o significado de rato, por exemplo) diz-se que passou para o plano do significado. O registro imaginário caracteriza-se por amarrar o significante numa relação biunívoca com o significado. A língua ou código tal como os lingüistas concebem, seriam um modo de coletivizar os significantes, de forma que eles se cristalizam em significados compartilhados e convencionais. Mas os significantes podem se combinar de forma a produzir efeitos inusitados de significação. É o caso do sintoma. Por exemplo, para o homem dos ratos, a significação de "rato" não era seu significado convencional rato, mas uma associação singular deste significante com dívida e casamento, gerando um sentido particular para aquele sujeito.

Articular o significante ao registro do real parece uma operação em si mesma contraditória, já que aquele se caracteriza fundamentalmente por operações simbólicas. Mas podemos pensar que a relação entre os significantes de uma cadeia, repetem no campo do simbólico a relação de falta e de impossibilidade que caracteriza o real. Ou seja, por ser em si mesmo sem sentido, o significante só encontra sentido num outro significante, que no entanto, é incapaz de recobrí-lo integralmente, repetindo a impossibilidade de uma significação total ou acabada.

Seguindo o encaminhamento da questão do sentido, convém analisar agora, o que a lingüística havia formulado como sendo a principal função da linguagem: a comunicação.

Tomemos em primeiro lugar o exemplo da linguagem das abelhas tal como foi mencionado na página 69. Este exemplo foi utilizado para caracterizar uma concepção de linguagem que cristaliza o funcionamento do signo ao amarrá-lo à sua referência. Este tipo de linguagem, chamada por Lacan de linguagem-signo, tem como desdobramento uma concepção de comunicação baseada na correspondência biunívoca entre mensagem e objeto referido. Além disso, no caso da linguagem das abelhas, o local do favo de mel é comunicado às outras abelhas através da dança que uma delas realiza; mas essa mensagem, que determina a ação do conjunto das abelhas, não pode de forma alguma ser retransmitida pelo próprio conjunto. "Se a mensagem do modo aqui descrito determina a ação do socius, ela não é jamais retransmitida por ele. E isso quer dizer que ela permanece fixada à sua função de substituto ("relais") da ação, de

que nenhum sujeito a destaca enquanto símbolo da própria comunicação" (13).

A concepção de linguagem da lingüística estrutural rompe com a "linguagem-signo" (referida ao objeto), introduzindo a referência no próprio universo lingüístico, no código e na mensagem, segundo Jakobson. O emissor formula uma mensagem que se destina ao receptor, sendo que o código, na medida em que é compartilhado, funciona como mediador, que assegura a significação e a comunicação entre os interlocutores.

Ora, o que Lacan demonstra é que a própria noção de código acaba por funcionar como uma espécie de referência cristalizada, já que o significante permanece atado ao significado. Se, ao contrário, conceitua-se o significante como aquilo que não significa em si mas na relação com outro significante, as determinações do sentido deverão ser buscadas na própria ordem significante, isto é, no Outro.

Segundo Lacan, a mensagem não se realiza nem nos interlocutores do diálogo, já que suas "intenções" então submetidas às leis significantes, nem no código, porque este cristaliza de forma unívoca a relação entre significante e significado, sendo portanto compartilhado de forma inequívoca pelos falantes. Antes de mais nada, a mensagem se realiza no lugar do Outro – ponto de partida e ponto de chegada, de emissão e de destinação de toda mensagem. Neste sentido, o emissor recebe sua mensagem do receptor, que é fundamentalmente o Outro. De acordo com Miller, é o Outro que envia a mensagem, "porque decide fundamentalmente seu sentido. Falar ao outro não implica de modo algum saber o que se diz. É somente o Ou-

tro que pode ensinar-nos, e por isso falamos uns aos outros. Nem sempre para comunicarmos informações essenciais, senão para apreender do Outro quem somos" (14).

Um exemplo esclarecedor dessa abordagem da comunicação é fornecido por Braunstein: "boi (buey) conota na Argentina de maneira metafórica a pessoa laboriosa, no México o "corno" e "otário". Imagine-se agora o que pode ocorrer no diálogo entre um argentino e um mexicano que compartilhem a ilusão de falar uma mesma língua, o espanhol, e o que ocorre quando cada um dos dois passa pelas duas situações de ser emissor e receptor. O falar está aí claramente marcado pelo equívoco. Cada um crê que sabe o que diz mas não sabe como seu discurso será entendido pelo outro. O diálogo mexicano-argentino é ilustrativo de todo diálogo entre duas pessoas que acreditam falar a mesma língua, ignorantes de que sua mensagem se realiza no Outro" (15).

O que Lacan chama de Outro recobre uma série de significações. Miller indica algumas: "é o Grande Outro(A) da linguagem que está sempre aí"; "é o Outro do discurso universal, de tudo o que já foi dito na medida em que é pensável"; "o Outro da verdade, esse Outro que é terceiro com respeito a todo diálogo porque no diálogo do um e do outro sempre está o que funciona como referência tanto do acordo como do desacordo, o Outro do pacto e o Outro da controvérsia"; "o Outro da fala que é o alocutor fundamental, a direção do discurso mais além daquele a quem se dirige"; "o Outro cujo inconsciente é o discurso"; "o Outro do desejo, do desejo como inconsciente"(16). Estas indicações têm em comum o fato de situarem o Outro, ao mesmo tempo, de forma exterior e determinante em relação ao

sujeito. A dimensão do Outro caracteriza-se por ser o campo constitutivo do sujeito, mas também por jamais se totalizar nele ou para ele.

Vimos como, no início do "Curso de Lingüística Geral", Saussure propõe definir o objeto da lingüística, reduzindo os fatos heteróclitos da linguagem a um objeto formal : define a língua como esse objeto, como um sistema relacional, invariante e universal, em oposição à fala, execução individual e contingente do falante. Podemos pensar que a noção de Outro (ou de discurso do Outro) vem reunir esses dois aspectos da linguagem que em Saussure eram tomados separadamente. A estrutura simbólica é agora universal e contingente[5]. Como nos diz Gilles Deleuze: "A estrutura é em si mesma, um sistema de elementos e de relações diferenciais("différentiels"); mas também ela diferencia ("différencie") as espécies e as partes, os seres e as funções nas quais ela se atualiza" (17).

Sendo assim, o Outro, enquanto estrutura simbólica, existe virtualmente como uma totalidade, mas só se atualiza parcialmente em singularidades. É universal, enquanto lei que constitui e submete o sujeito humano à sua ordem, e é contingente na forma como se atualiza para cada sujeito singular[6].

Podemos aplicar um raciocínio semelhante para entender a questão do sentido, já que para a psicanálise ele envolve, o sujeito. O sentido será determinado por esse campo do

5 - Sobre a questão do universal e do contingente, cf. Seminário 2 de Lacan, cap. 3.

6 - Mas, deve-se notar também que o Outro, enquanto inconsciente ultrapassa as formulações do estruturalismo lingüístico.

Outro, pelas leis do significante (da metáfora e da metonímia), mas se atualizará como sentido singular para cada sujeito. A articulação entre o significante e o sujeito é, pois, fundamental para se entender a questão do sentido. Como diz Lacan: "Mas todo este significante, dir-se-á, só pode operar ao estar presente no sujeito. É a isso mesmo que eu respondo ao supor que ele passou para o plano do significado" (18).

Mas, antes de examinar a constituição do sujeito e do sentido a partir do discurso do Outro, convém examinarmos como as leis significantes da metáfora e da metonímia foram desenvolvidas na teoria lacaniana.

3. A METÁFORA E A METONÍMIA

Os procedimentos da metáfora e da metonímia, que na lingüística eram caracterizados como figuras de estilo, na teoria lacaniana serão concebidos como a "dupla vertente geradora de sentido".

Lacan introduz os processos metafóricos e metonímico em seu seminário de 1954 (Les Psychoses), baseando-se nas formulações de Jakobson. A análise da metáfora tem como ponto de partida um exemplo clássico da poesia de Victor Hugo: "Sa gerbe n'était point avare, ni haineuse". Tal exemplo serve para demonstrar que não se trata de uma comparação entre o personagem principal do poema (Booz) e "gerbe" (feixe). Trata-se de uma identificação, no sentido estrutural do termo, isto é, um elemento é identificado a partir das relações que mantém com os outros elementos do sistema.

A concepção lingüística da metáfora estabelece que as substituições no eixo paradigmático só são possíveis até um certo limite que é demarcado pelos constrangimentos do código. A possibilidade de criação poética, como Jakobson demonstrou, encontra-se num pequeno grau de liberdade em relação às imposições do código. Mas, o que parece ser ressaltado na concepção lacaniana de metáfora é a determinação das relações sintagmáticas, do contexto da mensagem, na produção de sentido. "Não há nada no uso do dicionário que possa por um instante nos sugerir que um feixe (gerbe) possa ser avaro, e menos ainda rancoroso. E no entanto, é claro que o uso da língua só é suscetível de significação a partir do momento em que se pode dizer "Sa gerbe n'était point avare,ni haineuse", isto é, quando a significação arranca o significante de suas conexões lexicais" (19). A ênfase da análise é colocada sobre o plano do encadeamento e da concatenação significante — do que Jakobson chama de significação contextual — em detrimento das associações puramente lexicais. O léxico, enquanto inventário de signos isolados, cristaliza as articulações significantes em alguns de seus efeitos de significação, à semelhança de um dicionário.

Apesar de Lacan indicar que a substituição metafórica só é possível em virtude da concatenação significante, sua concepção de metáfora permanece, contudo, subsidiária das formulações de Jakobson. A substituição de um significante por outro só é viável em função de uma similaridade posicional,isto é, em função do lugar que o significante ocupa numa cadeia, e não de uma semelhança de significado. No exemplo do verso

de Vitor Hugo, a similaridade do significante "gerbe" com o significante "Booz" – personagem recalcado nesse verso – encontra-se no fato de que os dois significantes ocupam a posição do sujeito do verso. Os adjetivos "avare" e "haineuse" são qualificações que só se aplicam ao personagem Booz, que se encontra aqui, de certa forma, excluído, já que é substituído por "gerbe". Mas, ao mesmo tempo, encontra-se presente através da conexão metonímica com estes adjetivos que se referem a ele. Daí se conclui que o significante que é substituído nunca é totalmente excluído, é uma presença ausente que demonstra a necessidade de se ter um processo metonímico como pré-condição da metáfora. Os dois processos, portanto, estão intimamente ligados. No caso do presente verso, o pronome possessivo "sa" tem a função de ser o conector (shifter) entre esses dois significantes (Booz e "gerbe"): "é portanto entre o significante do nome próprio de um homem e aquele que o abole metaforicamente que se produz a centelha poética" (20).

Vejamos, agora, mais detalhadamente, a vertente metonímica do sentido. "Se uma parte tardia, da investigação analítica, aquela que concerne à identificação e ao simbolismo, está do lado da metáfora, não negligenciemos o outro lado, aquele da articulação e da contiguidade, com o que aqui se esboça de inicial e de estruturante na noção de causalidade. A forma retórica que se opõe à metáfora tem um nome – ele se chama metonímia. Ela diz respeito à substituição de alguma coisa que se trata de nomear – nós estamos com efeito ao nível do nome. Nomeia-se uma coisa por uma outra que lhe é o continente, ou a parte, ou ainda que lhe está em conexão"(21).

Segundo Lacan, para que a metáfora se instale, é necessário que já haja um sistema significante articulado e estabelecido – sistema de equivalências e coordenação (metonímica) – que possibilita num segundo tempo a transferência de significação. "A articulação formal do significante é dominante em relação à transferência do significado" (22).

Para ilustrar a articulação significante no caso da metonímia, Lacan utiliza o exemplo do sonho em que Anna Freud, menina, fala durante o sono: "Anna, grosses fraises, framboises, flans, bouillies" (23). A menina deseja as guloseimas que lhe são proibidas; estas,se colocam, pois, como equivalentes do ponto de vista de sua função posicional.

O raciocínio é semelhante no exemplo do verso de Victor Hugo: o significante "Booz" só pode se transferir, em termos de significado, para o significante "gerbe" porque os dois são tomados como equivalentes no que se refere à sua função posicional. É por poder ocupar a mesma posição, que esses significantes podem, consequentemente, se identificar, produzindo um efeito de sentido (metáfora).

Como já vimos, a primazia do significante sobre o significado é demonstrada a partir da inversão do algoritmo saussuriano. E, do algoritmo assim invertido – $\frac{S}{s}$ – Lacan opera um desdobramento f(S) $\frac{1}{s}$. Essa fórmula geral indica que o efeito de significado só é possível a partir da função significante, derivando daí as fórmulas que representam a dupla vertente da metonímia e da metáfora.

A fórmula da metonímia enquanto articulação signi-

ficante, $f(S...S')S \cong S(-)s$, indica que a função significante do deslizamento de um significante a outro, é congruente com a impossibilidade de relação entre significante e significado. O sinal de menos colocado entre parênteses representa esta impossibilidade de franqueamento da barra que os separa radicalmente. A função primordial de tudo que se torna nome é de perder a referência ao objeto. A metonímia define-se, pois, como a função significante por excelência, na medida em que a operação que faz desaparecer a coisa, quando a nomeamos, é a mesma que encontramos nesse tipo de conexão em que a substituição de um significante por outro acarreta o desaparecimento maciço do primeiro — índice primário da falta do objeto do desejo.

Enquanto o processo de conexão metonímica é implícito, posto que um significante desaparece, na metáfora, ao contrário, ele é explícito, pois o significante recalcado mantém algum tipo de relação com seu substituto. A fórmula da metáfora expressa essa possibilidade de franqueamento da barra e consequentemente de transferência de sentido: $f(\frac{S'}{S})S \cong S(+)s$.

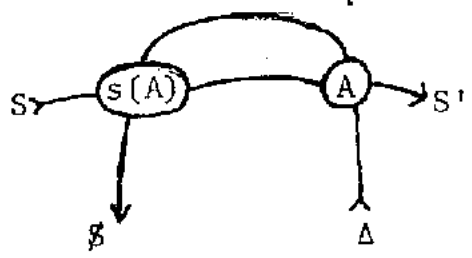
É importante enfatizar, no entanto, que os dois processos ocorrem sempre juntos: "A centelha criadora da metáfora não jorra da apresentação de duas imagens, isto é, de dois significantes igualmente atualizados. Ela jorra entre dois significantes dos quais um substitui o outro tomando-lhe o lugar na cadeia significante, o significante oculto permanecendo presente pela sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia" (24).

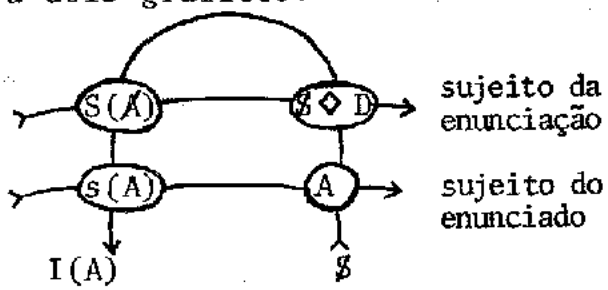
O duplo processo da metáfora e da metonímia, enquanto possibilidade de criação de sentido, produz um terceiro termo que marca a especificidade do discurso psicanalítico em relação à lingüística. É nesse lugar entre significantes que o sujeito se constitui como aquele que, ao ser nomeado e ao nomear-se, separa-se de seu "ser", mas que, ao mesmo tempo, só pode identificar-se nesse jogo significante. Na medida em que o sujeito se constitui e a seu desejo, a partir do discurso do Outro, entra na rede das operações significantes que em nomeando-o, alienam-no para sempre de seu "ser"e do objeto causa de seu desejo. É através da vertente metonímica que marca-se a falta fundamental do percurso do sujeito desejante e, é através da vertente metafórica que marca-se a possibilidade (sintomática) de sua identificação.

4. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA ORDEM SIGNIFICANTE

Para abordar a relação do significante com o sujeito e com o sentido, faremos uma redução dos gráficos apresentados por Lacan em "O Desejo e sua Interpretação"(1958/9) e retomados em "A Subversão do Sujeito e Dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano" (1960). Tal esboço simplificado vale como introdução à concepção lacaniana do sujeito do inconsciente.

Nosso esquema se reduzirá a dois gráficos:





O primeiro gráfico esboça os principais elementos do fato lingüístico, apresentando dois estados do significante ou duas cadeias: (S - S') e (Δ $), que se cruzam em dois pontos A e s(A). A primeira cadeia, (S - S'), de elementos discretos, é a cadeia significante propriamente dita e a segunda (Δ $) é a cadeia do discurso onde a rede dos empregos significantes produzem a significação. É fácil ver, nesses dois níveis do significante, a referência aos níveis fonológico e gramatical estabelecidos por Jakobson. O primeiro dizendo respeito às relações puramente diferenciais dos elementos mínimos da língua e o segundo, responsável pelas diferenças no plano da significação, a partir do uso gramatical dos termos.

Essas linhas se cruzam em dois pontos: o ponto A, a princípio identificado ao lugar do código mas, sendo, propriamente, de acordo com a terminologia lacaniana, o lugar do Outro — lugar de onde partem e para onde se dirigem todas as possibilidades significantes da linguagem. E o ponto s(A), enquanto lugar onde se estabelece a significação, inicialmente identificado ao lugar da mensagem[7].

O discurso parte do "código" em direção à "mensagem", e esta tem seu significado concluído a partir do reenvio ao "código". A significação s(A) se constitui a partir do efeito retroativo da cadeia significante sobre o discurso. É o que

7 - Cabe assinalar que o lugar do código e o lugar da mensagem, tal como foram formulados em "O Desejo e sua Interpretação", são precisados em "A Subversão do Sujeito" como sendo, respectivamente, o lugar do Outro(A), sistema de significante, e como momento da pontuação s(A) enquanto escansão que delimita a significação. Em "A Subversão do Sujeito" os conceitos de código e mensagem não mais se mantêm. No primeiro caso, porque a noção de código conota um caráter de biunivocidade entre significado e significante, e no segundo caso, porque a noção de mensagem refere-se à possibilidade de comunicação, quando na verdade, segundo Lacan, ela nada mais é do que o lugar do equívoco, onde se tem a ilusão de uma significação acabada e compartilhada.

Lacan chama de ponto de estofo[8], um momento de escansão em que um significante detém o deslocamento de outros na cadeia, conferindo-lhes retroativamente um sentido. A noção de pontuação, de cortes na cadeia do discurso que possibilitam um sentido a partir da retroatividade de um elemento da frase sobre o anterior, parece evocar o princípio da segmentação na análise das unidades lingüísticas. Mas, a lingüística saussuriana fazia essa análise tomando um signo isolado e examinando suas associações no eixo vertical. Lacan, ao contrário, enfatiza a conexão sintagmática (sintaxe) dos significantes, onde os termos não podem ser tomados isoladamente, mas somente na relação com os outros significantes da cadeia e em função das escansões no discurso.

Como ilustração da retroatividade do sentido, Lacan toma a palavra árvore no que sua significação é associada verticalmente a carvalho e a majestade, por exemplo, e examina o efeito de sentido que é produzido a partir do seguinte verso:

"Não! Diz a Árvore, ela diz: Não! no cintilar
De sua cabeça soberba
Que a tempestade trata universalmente
Como ela faria com a erva"(25).

É somente a partir do retorno dos dois versos finais sobre os iniciais que se produz o sentido, contraditório, que identifica a árvore à erva.

---

8 - A idéia de pontos de estofo pode ser ilustrada, ainda, pela imagem de uma rede de tapeçaria formada por vários fios entorcidos (redes discursivas) mas que têm de ser fixados do lado do avesso em vários pontos, através de nós, permitindo a constituição de uma imagem (efeito de significado) na superfície direita do tapete.

As duas cadeias significantes podem ser também relacionadas às funções sincrônica e diacrônica da linguagem. A função diacrônica diz respeito à sequência temporal da frase, à cadeia propriamente discursiva (Δ $): "a função diacrônica desse estofo deve encontrar-se (point de capiton) na frase, na medida em que ela não cinge sua significação senão com seu último termo, cada termo estando antecipado na construção dos outros e inversamente selando seu sentido por seu efeito retroativo" (26). A cadeia (S - S') deve ser entendida no seu aspecto sincrônico, como estrutura simbólica (significante)que fornece as referências necessárias aos efeitos de significação.

A cadeia (Δ $) representa o percurso que vai da necessidade, pressuposto biológico que serve de "apoio" ao que irá se constituir como demanda e como desejo do sujeito, até a produção mesma desse sujeito ($). Antes de mais nada, o que nos chama a atenção, quando comparamos o primeiro gráfico com o segundo, é que o circuito do primeiro dirige-se da necessidade ao sujeito cindido ($), enquanto o segundo parte do sujeito em direção à sua identificação simbólica I(A). Ora, o que parece, então, é que o primeiro esquema indica o percurso da constituição do sujeito a partir da referência ao significante que o Outro lhe fornece. Já o segundo esquema representaria um segundo tempo, em que o sujeito articula seu discurso no sentido de sua identificação. Em outras palavras, antes de ser autor do discurso que o representa, o sujeito é falado, determinado pelo discurso do Outro, que em última instância é a própria estrutura significante.

A ilustração através da relação mãe-bebê é elucidativa. O primeiro esquema refere-se ao encontro das primeiras expressões do sujeito humano com o discurso do Outro (lugar inicialmente ocupado pela função materna), que lhe confere alguma significação, transformando em demanda o que era apenas um grito.

A demanda surge a partir desse encontro da necessidade com o lugar do Outro. Este funciona como um "moinho de palavras", através do qual passam determinadas expressões do estado de insatisfação da necessidade que transformam-se em demanda e, de modo geral, na possibilidade da fala do sujeito. O discurso do Outro, que primeiramente figurou como significador, passará num segundo tempo, a insistir como inconsciente, onde o sujeito encontra a referência de seu desejo, que é, portanto, antes de mais nada, o desejo do Outro[9].

Em outras palavras, o sujeito recém-nascido se encontra num estado de desamparo que suscita uma série de manifestações, tais como o grito ou o choro, por exemplo. Este grito não possui ainda nenhuma significação é apenas uma marca que diferencia um estado de satisfação de um estado de insatisfação; contudo, a mãe interpreta-o como demanda de algo que ela a princípio não sabe o que é, mas que deseja significar de modo a satisfazer esse estado de insatisfação. Ao mesmo tempo em que fornece o seio e o leite para a satisfação da

---

9 - A fórmula lacaniana "o desejo do homem é o desejo do Outro" pode ser entendida se pensarmos que é este Outro que constitui o sujeito. Isto é, a constituição do sujeito na ordem significante se faz por esse enigma do desejo, por essa falta que ele encontra no campo do Outro: "Uma falta é, pelo sujeito, encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe faz o Outro por seu discurso. Nos intervalos do discurso do Outro, surge na experiência da criança, o seguinte, que é radicalmente destacável — ele me diz isso, mas o que é que ele quer?" (27).

necessidade, nomeia a demanda, fornecendo ao bebê a referência discursiva que possibilita sua significação. Quando a necessidade surge novamente, o grito da criança já vem carregado de significação, e demanda a presença da mãe como suporte de sua satisfação. É nesse espaço, onde se encontra essa dupla referência ao objeto da satisfação da necessidade e ao significante no discurso da mãe, que o desejo do sujeito se constitui. É por isso que Lacan indica que o desejo do sujeito "não é nem o apetite de satisfação, nem a demanda de amor, mas a diferença que resulta da subtração do primeiro à segunda, o fenômeno mesmo da sua clivagem (Spaltung)" (28). O desejo surge como tentativa de promover este encontro mítico entre o significante e a satisfação absoluta da necessidade, através de um objeto "a" (sempre parcial). A articulação significante e seu deslocamento no discurso do sujeito nada mais é do que a repetição metonímica dessa busca de um objeto que falta. Esse objeto faltoso impulsiona o sujeito numa busca infindável através de objetos substitutos que deixam sempre um resto metonímico, efeito mesmo do jogo significante. O desejo apresenta-se, portanto, como função residual do significante : "... o desejo se situa na dependência da demanda — a qual,por se articular em significantes, deixa um resto metonímico que corre debaixo dela, elemento que não é indeterminado, que é uma condição ao mesmo tempo absoluta e impegável, elemento necessariamente em impasse, insatisfeito, impossível, desconhecido, elemento que se chama desejo" (29).

O segundo esquema apresenta uma segunda cadeia, a cadeia inconsciente, concluindo esse percurso em que o sujei-

to se constitui a partir do discurso do Outro, como sujeito do inconsciente marcado por uma identificação sintomática e movido pelo deslizamento do desejo.

A cadeia inconsciente, $\overrightarrow{S(\not{A}) - (\not{S} \diamond D)}$, também apresenta pontos de cruzamento com a cadeia do discurso, homólogos, no gráfico, ao lugar do Outro (A) e ao lugar da pontuação, s(A). No ponto ($S \diamond D$) encontramos agora a junção entre a demanda e a pulsão. Mas, como articular o que Freud definia como limite entre o somático e o psíquico, a pulsão, com a cadeia significante? Decerto a origem da pulsão encontra apoio na necessidade (cujos protótipos são a fome e a sede), mas o que Lacan ressalta é que, em última instância, quem comanda o chamado desenvolvimento pulsional não é uma maturação orgânica, mas sim a demanda do Outro (da mãe, por exemplo) que institui uma espécie de normatização simbólica[10].

No algoritmo da demanda ($\not{S} \diamond D$), encontramos ainda a notação $\not{S}$, do sujeito cindido, para indicar que o sujeito da enunciação desaparece, é recalcado, no momento em que seu grito (por exemplo) se transforma em demanda, a partir do significante fornecido pelo Outro.

No ponto $S(\not{A})$, encontramos a única referência possível de toda cadeia significante. Esse algoritmo designa o

---

10 - Sobre o comando do desenvolvimento pulsional pela Demanda do Outro, cf. Seminário 11, p. 171.

significante que simboliza a falta fundamental do campo da linguagem, sua impossibilidade de ser ou de representar a coisa[11].

Lacan esclarece, partindo da definição do significante como o que representa o sujeito para outro significante: "Este significante será pois o significante para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: é dizer que por falta desse significante, todos os outros não representariam nada" (34).

Este significante, que vai constituir o sujeito, pode ser representado ainda pelo falo.[12] A princípio ele figura

---

11 - A lingüística e a etnologia parecem ter formulado uma noção semelhante ao que Lacan indica como S(Ⱥ). Lévi-Strauss, analisando a noção de "mana", em "Introdução à Obra de Marcel Mauss", informa que este tipo de noção (encontrada também em palavras como treco, alguma coisa, isto) caracteriza-se como um significante flutuante, "simples forma, ou mais exatamente símbolo no estado puro, consequentemente suscetível de carregar-se com qualquer conteúdo simbólico" (30). Este "valor simbólico zero" é tratado pela lingüística a partir de noções como "signo zero". Como diz Saussure, "a língua pode se contentar com a posição de alguma coisa com nada" (31). Jakobson e Lotz distinguem o fonema zero, na classificação dos fonemas da língua francesa: o fonema zero "se opõe a todos os outros fonemas do francês pela ausência tanto de traços distintivos como de valor fonético constante. Por outro lado, o fonema zero se opõe à ausência de fonema" (32).

O que se pode notar é que, na verdade, a noção de fonema zero, que a lingüística pensa na base de todas as línguas, não recobre a do significante S(Ⱥ), pois o que este indica é justamente a falta de um significante no campo do Outro. Como o próprio Lacan diz, a respeito da noção de "mana": "sem dúvida, Claude Lévi-Strauss, comentando Mauss, quis aí reconhecer o efeito de um símbolo zero. Mas é antes do significante da falta desse símbolo zero que nos parece tratar-se em nosso caso" (33).

12 - O falo é caracterizado por Lacan, como o significante da diferença sexual. Desse modo, o falo pode ser pensado como significante do gozo, "não como ele próprio, nem mesmo como imagem, mas como parte faltante da imagem desejada" (37). Cabe indicar ainda que nossa leitura de Lacan conduziu a um certo recobrimento entre o significante da falta S(Ⱥ) e o significante unário (S_1) da primeira dupla de significantes. No entanto, não encontramos de forma explícita tal recobrimento no texto de Lacan.

somente no campo do Outro, mas num segundo tempo, se constituirá para o sujeito como um signo do objeto impossível de seu desejo. "O sujeito aparece primeiro no Outro, no que o primeiro significante, o significante unário, surge no campo do Outro e no que ele representa o sujeito para um outro significante, o qual outro significante tem por efeito a afânise (apagamento) do sujeito. Donde divisão do sujeito — quando o sujeito aparece em algum lugar como sentido, em outro lugar ele se manifesta como fading, como desaparecimento..." (35).

Segundo Lacan, a função desse significante unário, é inaugural, de fundação, e enquanto tal ele deve ser concebido como impossível de ser falado, de ser contado; pois, ao ser contado, ele já figura como binário, isto é, como referido a outro significante, "Ele é impronunciável, mas não sua operação, pois ela é o que se produz cada vez que um nome próprio é pronuncido. Seu enunciado se iguala à sua significação" (36)[13]. Para que a cadeia significante se instaure, portanto, é necessário que algo a institua, digamos, essa marca original que possibilita, a partir de sua repetição, a constituição da série. Essa marca figura primeiramente no campo do Outro, como o que simboliza do sujeito, fornecendo a referência para seu discurso. Tal referência permite, num segundo tempo, que o sujeito articule seu próprio discurso, identificando-se a outros significantes que se estabelecem para significar o primeiro.

---

13 - O nome próprio, segundo as formulações de Jakobson, representa uma categoria gramatical em que a significação do termo (nome próprio) depende do reenvio ao código (caso de uma circularidade código-código, cf. Supra, p. 46).

É na operação de identificação do sujeito ao significante, ou seja, na clivagem que o constitui, que se engendra também o objeto, como uma espécie de resto de sua divisão. É numa mesma operação significante, isto é, num mesmo corte, que se engendram sujeito e objeto, com as características peculiares que a psicanálise os pensa: sujeito cindido e objeto "a" (parcial). Nas palavras de outrem[14]: "O sujeito não pode ser abordado senão no interior da linguagem, e a divisão que ele sofre comporta um resto, uma queda que é o objeto a. O sujeito é estritamente determinado pela operação significante e o significante não pode ser melhor figurado, no seu modo próprio de eficácia, senão como um corte sobre uma superfície..." (38).

É esse corte significante sobre a superfície "real" que instala a relação de falta. Como diz Lacan, "o sujeito é a introdução de uma perda na realidade, porém nada pode introduzí-lo, uma vez que, por seu status, a realidade é tão plena quanto possível" (39). Se pudéssemos fazer uma delimitação entre esses dois registros, da linguagem (do significante) e do "real", diríamos que do lado do "real" algo sobra, um resto que o significante é incapaz de inscrever em seu campo. Resta o objeto a, causa do desejo. Do lado da cadeia significante se instalaria uma relação de falta, tanto no que diz respeito ao real, como, por repetição, na relação de um significante a outro. No deslizamento de um significante a outro, repete-se metonimicamente a relação de falta cujo resto é o objeto a. Essa demarcação serve para ilustrar a operação significante por excelência, com seu duplo efeito de engendramento do sujeito

14 - O artigo "Le clivage du sujet" figura na revista Scillicet, obra coletiva que não identifica autores.

cindido e do resto dessa cisão, o objeto parcial, símbolo da falta e causa do desejo.

A identificação do sujeito ao significante é, pois, uma operação singular: já que o significante não se define em si mas em relação com um outro significante, o sujeito só pode identificar-se a ele parcialmente; ao mesmo tempo em que é representado na cadeia significante como sujeito do enunciado, ele é excluído como sujeito da enunciação. Esse dois níveis são delineados em nosso segundo gráfico: sujeito da enunciação no nível superior e sujeito do enunciado no nível inferior. Vejamos agora como eles podem ser delimitados em relação ao pensamento lingüístico.

Se na lingüística o "shifter", e especificamente o pronome pessoal "eu", marcava a conexão entre enunciado e enunciação, na teoria psicanalítica do sujeito ele marca justamente a abertura intransponível entre esses dois lugares. O sujeito sofre esse paradoxo de querer indicar algo sobre si mesmo mas de jamais recobrir a fenda que existe entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação.

Através das análises do conceito de "shifter" (Jakobson) e do pronome pessoal (Benveniste), a lingüística pretendeu indicar o lugar do protagonista da enunciação, operando uma certa relação entre o lingüístico e o existencial. É certo, como Benveniste coloca, que a subjetividade funda-se na linguagem. Mas esse processo de fundação, segundo Lacan, é bem mais complexo. A própria lei significante revela o processo de identificação do sujeito ao significante como essencialmente alienante,parcial. Isto é, o sujeito é ao mesmo tem

po representado e excluído (fading) da cadeia significante. Marca-se, assim, sua divisão fundamental: sujeito do enunciado e sujeito da enunciação (do inconsciente).

Lacan ressalta que o "sujeito (da enunciação) não pode ser simplesmente identificado com o falante ou com o pronome pessoal numa sentença (shifter)" (40). O ponto de partida dessas análises lingüísticas é o conceito de índice (Peirce), quer dizer, o sujeito que enuncia (no ato presente do discurso) fica indicado no enunciado, através do pronome "eu". Ora, tal relação indicativa, de contiguidade entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, não pode ser promovida a uma relação de identificação. Mas é isto que pretende a análise lingüística ao fazer uma correspondência biunívoca entre enunciado e enunciação, derivando daí uma instância única (ego).

A cisão radical entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação não permite tal conexão. O que não quer dizer que o sujeito da enunciação jamais se manifeste: ele se manifesta nas vacilações e equívocos do discurso. Lacan pretende também reconhecê-lo nas partículas expletivas do discurso. O uso do "não" expletivo é mais frequente na língua francesa: a negação em francês necessita sempre de dois termos: "ne...pas", "ne...point", etc. Mas há também esse uso dito expletivo, quando o "ne" é utilizado sozinho, sem expressar gramaticalmente a negação: "Je crains qu'il ne vienne". Este enunciado, apesar de não expressar a negação, indica uma certa discordância, que demonstra o deslizamento da enunciação ao enunciado. Há ainda o caso da <u>denegação</u>, conceito trabalha

do por Freud em 1925; aí também se explicita o deslizamento da enunciação ao enunciado: a negação ao nível do enunciado permite a afirmação ao nível da enunciação. "Eu não digo que..., esta é a frase que Freud coloca na raiz da "Verneinung", da denegação, quando o sujeito se constitui como inconsciente. A função do não (ne) no "eu não digo", põe manifesta a propriedade mais radical do significante, o qual se apresenta como podendo ser apagado e, nesta operação de desaparição, subsiste" (41).

O lugar da enunciação, de acordo com a teoria lacaniana, não é somente o lugar do sujeito do inconsciente, antes de mais nada é o lugar do Outro, que fornece o significante ao qual o sujeito se identificará. Assim, quando falo: "Eu não digo que..." é uma determinação do Outro, da ordem significante, que me constitui como afirmando na enunciação o que nego no enunciado.

A defasagem entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação é ilustrada ainda por Lacan através da fala de um menino: "Eu tenho três irmãos, Paulo, Ernesto e eu". Através dessa frase, a criança revela o que o uso gramatical correto irá encobrir, ou seja, que há um sujeito da enunciação que é diferente daquele que figura no enunciado[15].

É ainda o problema do "shifter" que irá permitir uma distinção entre as abordagens lingüística e psicanalítica sobre a questão do sentido. O projeto lingüístico subjacente à análise do "shifter" enquanto conector entre enunciado e enun

15 - O conceito psicanalítico de recalque responderia por essa operação de apagamento do sujeito no campo da enunciação, efeito da lei significante.

ciação visa assegurar a correlação entre esses dois lugares, garantindo, assim, a univocidade da significação. Na teoria lacaniana, ao contrário, sujeito do enunciado e sujeito da enunciação são separados por uma barreira (uma hiância) intransponível, que indica a impossibilidade de tal correlação, isto é, de uma significação acabada (total) do sujeito. O sentido do sujeito implica um paradoxo: o apagamento do sujeito da enunciação quando o sentido aparece no enunciado.

O sentido envolve, pois, a divisão do sujeito causada pelo significante. A operação significante responsável por essa cisão é chamada por Lacan de alienação, isto é, o sujeito aparece simultaneamente como sentido e não-sentido:"... só há surgimento do sujeito no nível do sentido por sua afânise no Outro lugar que é o do inconsciente" (42).

Podemos pensar que é a vertente metafórica da lei significante que está em jogo nessa operação de alienação,produtora de sentido. Quando o sujeito enuncia um sentido sobre si, ele apaga o não-sentido que, na verdade, o constitui. Clinicamente, essa operação aponta para o percurso inverso: "a interpretação não visa tanto o sentido quanto reduzir os significantes a seu não-senso,para que possamos reencontrar os determinantes de toda a conduta do sujeito" (43).

Mas existe ainda uma outra operação significante na constituição do sujeito, análoga ao deslizamento metonímico (e, clinicamente, à transferência) chamada por Lacan de separação. Esta operação marca a irredutibilidade de um significante a outro na eterna repetição de sua falta constitutiva. Esta falta é, em última instância, a causa da diferença de um

significante a outro (S_1-S_2), a causa do que Lacan define como desejo, que comanda o sujeito para além de qualquer sentido[16].

O não-senso passa a ocupar, assim, um lugar privilegiado na relação do sujeito ao significante. Diríamos, mais exatamente, que ele passa a ocupar o primeiro lugar, o lugar do significante unário (S_1). Quanto ao sentido, é a partir da conexão metafórica (e metonímica) com o significante binário (S_2) que ele vai se produzir. O significante binário ao mesmo tempo em que representa o sujeito como sentido, remete-o ao não-sentido irredutível. É o que nos diz Lacan: "Ilustremos isto pelo que nos interessa, o ser do sujeito, aquele que está ali sob o sentido. Escolhemos o ser, o sujeito desaparece, ele nos escapa, cai no não-senso — escolhemos o sentido, e o sentido só subsiste decepado dessa parte de não-senso que é, falando propriamente, o que constitui, na realização do sujeito, o inconsciente. Em outros termos, é da natureza desse sentido, tal como ele vem emergir no campo do Outro, ser, numa grande parte de seu campo, eclipsado pelo desaparecimento do ser induzido pela função mesma do significante" (44).

Em suma, a distinção radical da psicanálise lacaniana em relação à lingüística estrutural, no que diz respeito ao problema do sentido, é a introdução do sujeito na estrutura da linguagem, gerando uma falta fundamental nesse campo, que se traduz no sujeito como não-senso, como causa de seu dese-

16 - A operação de separação é caracterizada ainda por Lacan como uma resposta do sujeito à falta inaugural que ele encontra no campo do Outro (45).

jo. A concepção lingüística de significação submetia esse processo às determinações da gramática e aos constrangimentos do código, visando um sentido unívoco e inequívoco. Ao romper com essa primazia da significação em favor da primazia do significante, a teoria lacaniana visa colocar um não-sentido irredutível como determinante de todo sentido que se produz para o sujeito.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) MILLER, J.A. Cinco Conferências Caraqueñas sobre Lacan. Caracas, Ed. Ateneo, p.10.

(2) LACAN, J. "A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud" (1957). In: ___ Escritos. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978, p.229.

(3) Ibid, p.228.

(4) Ibid.

(5) LACAN, J. "Seminário sobre a Carta Roubada". In: ___ Escritos, op. cit. p. 66.

(6) Cf. MORA, J.F. Dicionário de Filosofia. Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1975, v.I, p. 349.

(7) LACAN, J. "A Instância da Letra...", op. cit., p.223/4.

(8) Ibid, p.234.

(9) SAUSSURE, F. "As Palavras sob as Palavras". In: Os Pensadores. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1978.

(10) LACAN, J. "Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise" (1953). In: ___ Escritos, op. cit., p.149.

(11) MILLER, J.A. Op. cit., p.19.

(12) LACAN, J. "A Significação do Falo" (1958). In: ___ Escritos, op. cit., p. 265.

(13) LACAN, J. "Função e Campo...", op. cit., p.162.

(14) MILLER, J.A. Op. cit., p. 35.

(15) BRAUNSTEIN, N.A. "Lingüisteria (Lacan, entre el Lenguaje y la Lingüistica)". In: ___ El Lenguaje y el Inconsciente Freudiano. México, Ed.Siglo XXI,1982,p.198.

(16) MILLER, J.A. Op. cit., p. 22.

(17) DELEUZE, G. "Em que se Pode Reconhecer o Estruturalismo?" In: Châtelet, F. História da Filosofia, v. 8.Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1974.

(18) LACAN, J. "AInstância da Letra...", op.cit., p.235.

(19) LACAN, J. Le Seminaire 3. Les Psychoses. Paris, Ed. du Seuil, 1981, p.248.

(20) LACAN, J. "A Instância da Letra...", op.cit., p.238.

(21) LACAN,J. Le Seminaire 3.Les Psychoses. op.cit., p.250.

(22) Ibid, p.261.

(23) Cf. A Interpretação dos Sonhos. Ed. Standard Brasileira, v. IV, cap.III,p.139; citado por Lacan em Le Seminaire 3, op. cit., p. 259.

(24) LACAN, J. "A Instância da Letra...", op.cit.,p.237.

(25) Ibid, p.234/5.

(26) LACAN, J. "Subversão do Sujeito e Dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano". In: ___ Escritos,op. cit., p. 288.

(27) LACAN, J. O Seminário 11. Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise (1964). Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1979, p.203.

(28) LACAN, J. "A Significação do Falo". In: ___ Escritos,op. cit., p. 268.

(29) LACAN, J. O Seminário 11. Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise, op. cit., p. 146.

(30) LÉVI-STRAUSS, C. "Introduction a L'oeuvre de Marcel Mauss". In: Mauss, M. Sociologie et Anthropologie. Paris, PUF, 1973, p.L.

(31) SAUSSURE, F. Cours de Linguistique Générale. Paris, Ed. Payot, 1976, p. 124.

(32) JAKOBSON, R. e LOTZ, J. "Notes on the French Phonemic Pattern". In: ___ Roman Jakobson Selected Writings. The Hague, Paris, Ed. Mouton, 1971, p.431.

(33) LACAN, J. "Subversão do Sujeito...", op.cit., p.304.

(34) Ibid, p.302.

(35) LACAN, J. O Seminário 11..., op. cit., p. 207.

(36) LACAN, J. "Subversão do Sujeito...", op.cit., p.302.

(37) Ibid, p.306.

(38) LACAN, J. (dir.) "Le Clivage du Sujet et son Identification" (s/a). In: Scilicet 2/3, Paris, Ed. du Seuil, 1970, p.114.

(39) LACAN, J. "Da Estrutura como Intromistura de um Pré-requisito de Alteridade e um Sujeito Qualquer". In: Macksey, R. e Donato, E. A Controvérsia Estruturalista. São Paulo, Ed. Cultrix, 1976, p. 206.

(40) Ibid, p.306.

(41) LACAN, J. "El Deseo y su Interpretación". In: ___ Las Formaciones del Inconsciente. Buenos Aires, Ed. Nueva visión, 1979, p.145.

(42) LACAN, J. O Seminário 11 ..., op. cit., p. 210.

(43) Ibid, p. 200.

(44) Cf. LACAN, J. O Seminário 11 ..., op. cit., p.202/3 e "Posição do Inconsciente". In: ___ Escritos, op. cit., p. 328.

CONCLUSÕES

A título de conclusão, gostaríamos de retomar alguns pontos de vista que foram discutidos no decorrer desta dissertação, a começar pelo próprio lugar onde nos situamos para abordar a questão do sentido e da significação. Trata-se exatamente da interseção entre a lingüística estrutural e a psicanálise lacaniana. Deste lugar, pudemos visar, por um lado, a especificidade do discurso da lingüística estrutural como investigação rigorosa da estrutura da linguagem e, particularmente, o empreendimento de uma abordagem estritamente lingüística do problema da significação. Por outro lado, examinamos as apropriações desse discurso realizadas pela teoria lacaniana e as derivações que dele resultaram, acabando por constituir uma concepção de linguagem onde muitos dos conceitos lingüísticos que serviram de ponto de partida não mais subsistem. O campo teórico lacaniano, pouco a pouco, vai se separando do campo lingüístico, propondo novas articulações e culminando com uma espécie de rompimento, com a introdução do sujeito do inconsciente na estrutura da linguagem.

O estruturalismo lingüístico fornece a Lacan uma noção fundamental para se trabalhar a questão do inconsciente: o conceito de estrutura, a partir do qual Lacan poderá afirmar que o inconsciente só é possível se for estruturado como uma linguagem. No entanto, este conceito leva-nos a uma questão: é certo que a estrutura da linguagem está na base das formulações lacanianas, mas ao introduzir o sujeito do inconsciente, nessa estrutura, pode Lacan manter o método estrutural tal como foi formulado pela lingüística?

Como vimos, a lingüística estrutural não se coloca a questão do sujeito cindido e, se fala num inconsciente, este não tem a mesma dimensão do inconsciente freudiano. Por outro lado, pode-se pensar que, ao menos inicialmente, a abordagem de Lacan dirigiu-se no sentido de compatibilizar esses dois conceitos — sujeito e estrutura. Mas, por outro lado, seu desenvolvimento teórico parece demonstrar que essa tentativa acaba por redimensionar a própria noção de estrutura. No estruturalismo lingüístico, ela se constitui como uma ordem fechada, necessária e universal (um todo em si), onde poderiam ser destacados dois níveis, o nível estruturante, da virtualidade (do código, da língua) e o nível estruturado, da atualização (da mensagem, da fala). A teoria lacaniana, ao contrário, indica que a estrutura é fundamentalmente "descompletada", "não-toda" e contingente, o que descartaria a possibilidade da necessidade e da universalidade, implicando em algumas alterações. O sujeito é incluído na estrutura, de tal modo que esta converte-se em ausência, quando se atualiza sob forma de sentido para o sujeito. Ao nível da estrutura (do campo estruturante) essa ausência é representada como uma falta, uma espécie de furo (S(Ⱥ)). A psicanálise lacaniana pretende atravessar o nível lingüístico do enunciado para chegar ao nível da enunciação onde se encontra essa falta constituinte. É essa falta, causa do desejo, que constitui uma das principais diferenças entre a psicanálise lacaniana e o estruturalismo lingüístico, ou ainda, entre o inconsciente dinâmico e o inconsciente lingüístico (categorial). Mas, a partir dessa leitura, resta saber como se articulariam, num con

texto vertical, esses dois níveis do estruturalismo, ou seja, qual a relação, de continuidade ou descontinuidade, entre o inconsciente categorial e o inconsciente dinâmico.

Uma outra questão que podemos levantar, por considerarmos um tanto enigmática, refere-se à noção de "ser do sujeito". Num certo sentido, a discussão do ser do sujeito relaciona-se à questão anterior, da universalidade. Pois se levamos em conta as conotações ontológicas e metafísicas que a noção de ser implica, a partir da história da filosofia, veremos que ela remete quase sempre a questões como as de essência, de totalidade e de univocidade. Ora, a teoria lacaniana não aponta para esses sentidos. Restaria, portanto, investigar o estatuto dessa noção no contexto da obra de Lacan. Nossa sugestão seria tomar como ponto de partida a falta constitutiva do sujeito, ou ainda, a cisão do sujeito imposta pelo significante. É em decorrência dessa cisão que uma parte do sujeito, o sujeito da enunciação (do desejo inconsciente), fica eclipsada cada vez que um sentido é produzido no que é enunciado. Nessa direção, o ser do sujeito pode ser identificado a esse desaparecimento paradoxal que sua fala implica; mais ainda, pode ser identificado à própria lei do significante, que comanda o sujeito a partir do lugar do Outro, impondo-lhe a cisão fundamental entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação.

Quanto ao problema do sentido e da significação, utilizado como fio condutor para operarmos as articulações e delimitações entre a lingüística e a psicanálise, convém retomar o seu encaminhamento.

Vimos como na lingüística estrutural, desde Saussure, o problema da distinção entre o geral e o particular, representado pela dicotomia língua/fala, repercute no equacionamento do problema da significação, o que nos levou a encontrar, no texto de Saussure, uma espécie de oscilação entre duas perspectivas: uma que concebe a significação a partir do ponto de vista da fala, como processo contingente e individual, outra, que a concebe do ponto de vista da língua, como processo geral e compartilhado. O caráter relacional do sistema lingüístico é introduzido através da noção de valor, mas as consequências que daí podem ser derivadas não chegam a ser plenamente desenvolvidas.

Jakobson, ao contrário, toma o caráter relacional e diferencial da estrutura como ponto de partida para abordar a questão semântica, que se pretende estritamente lingüística. A dualidade língua/fala é redimensionada em termos de código e mensagem. As variações das significações dizem respeito, agora, às relações que se desenvolvem no interior da mensagem, mas que são determinadas, em última instância, pelo código lingüístico. Há, portanto, uma significação contextual, referida à mensagem, e uma significação geral e estável, determinada pelo código lingüístico. O privilégio da gramática e do código na perspectiva lingüística é inegável.

Apenas dois casos parecem demonstrar uma preponderância da mensagem sobre o código: a função poética da linguagem, onde a significação é produzida a partir de um reenvio à própria mensagem; e o caso dos "shifters", como categorias gramaticais que só produzem sentido na sua atualização na men

sagem, através da conexão entre enunciado e enunciação.

Se pudéssemos traduzir a concepção lacaniana do sentido em termos estritamente lingüísticos, diríamos que ele parte desses dois casos em que a ênfase do processo de significação é colocada na mensagem. Segundo Lacan, o sentido só se produz "a posteriori", a partir dos cortes estabelecidos no discurso, que remetem, retroativamente, cada termo da frase sobre o anterior. Haveria, portanto, um privilégio das relações de concatenação dos significantes, da função poética da linguagem (através das leis da metáfora e da metonímia), ou seja, da sintaxe em relação à semântica. Tal privilégio decorre das próprias exigências teórico-práticas da psicanálise: a linguagem, agora, só pode ser concebida na sua realização discursiva (na fala) enquanto um sujeito está aí implicado.

É justamente a introdução do sujeito na estrutura da linguagem que marcará a distinção radical da psicanálise lacaniana em relação à lingüística estrutural. Em decorrência dessa "intromissão" destacam-se, pelo menos, duas consequências: a cisão do sujeito, causada pelo significante, e uma espécie de furo na estrutura da linguagem, causado por sua impossibilidade de significar o sujeito. Essas formulações vêm reequacionar a questão do sentido, que acaba perdendo o privilégio que tinha na teoria lingüística. A cisão do sujeito, o inconsciente, introduz a dimensão do não-senso como ponto de partida e ponto de retorno de toda a questão do sentido.

Ao redimensionar o problema do sentido, apontando sua emergência a partir do significante, a teoria lacaniana

faz uma importante contribuição para o campo da clínica psicanalítica. O trabalho do analista, a interpretação, não visa mais fornecer um sentido para as associações e para a história do paciente. Não é o analista que detém o sentido, é o paciente que deve produzí-lo. A interpretação visa, agora, o não senso, isto é, um significante irredutível a partir do qual um sentido se produzirá para o sujeito.

A psicanálise lacaniana insiste, portanto, sobre dimensões que foram excluídas do campo da investigação lingüística: o não-senso bem como a questão do sujeito; ao incidir sobre essas questões, leva às últimas consequências o valor da formulação freudiana do inconsciente, no campo da fala e da linguagem, onde a dialética do significante não produz um sentido absoluto, mas retorna sobre o não-senso constituinte.

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, S. et al. Analytica, v. 27, Bruxelles, Cahiers Litura, 1982.

BARTHES, R. Elementos de Semiologia(1964). São Paulo, Ed.Cultrix, 1975.

BENOIST, J.M. La Revolution Structurale, Paris, Ed. Denoël/ Gonthier, 1980.

BENVENISTE, E. Problemas de Lingüística General I (1966). México, Ed. Siglo Veintiuno, 1980.

_____ Problemas de Lingüística General II (1974).México, Ed. Siglo Veintiuno, 1977.

BOUDON, R. Para que Serve a Noção de Estrutura, São Paulo,Ed. Eldorado, 1974.

BRAUNSTEIN, N.A. El Lenguage y el Inconsciente Freudiano. México, Ed. Siglo Veintiuno, 1982.

BRAZIL, C. N. V. "A Dialética da Intersubjetividade". In:Tempo Psicanalítico,v.V, nº 2, Rio de Janeiro, 1982.

CABAS, A.G. Uno. Buenos Aires, Ed. Helguero, 1977.

_____ Curso e Discurso da Obra de Jacques Lacan.São Paulo, Ed. Moraes, 1982.

CHEMAMA, R. "Algumas Reflexões sobre a Neurose Obsessiva a partir dos Quatro Discursos". In: Lugar 8, Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1976.

COELHO, E.P.(org.) Estruturalismo: Antologia de Textos Teóricos. São Paulo, Ed. Martins Fontes(s/d).

DELEUZE, G. A Lógica do Sentido, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974.

_____ "Em que se Pode Reconhecer o Estruturalismo?".In: Châtelet, História da Filosofia v. 8: O Século XX. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1974.

DUCROT, O.; TODOROV, T.; SPERBER, D.; SAFOUAN,M.; WAHL,F. Qu' est-ce que le Structuralisme? Paris, Ed.du Seuil, 1968.

DUCROT, O. Estruturalismo e Lingüística(1968). São Paulo, Ed. Cultrix, 1971.

DUCROT, O. e TODOROV, T. Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage. Paris, Ed. du Seuil,1972.

DUCROT,O. "De Saussure à la Philosophie du Langage".In:Searle, J. Les Actes de Langage, Ed. Hermann, 1972.

ECO, U. A Estrutura Ausente. São Paulo, Ed. Perspectiva,1976.

_____ O Signo, Lisboa, Ed. Presença, 1981.

ESCOBAR, C.H.(org.) Psicanálise: Ciência e Prática. Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1975.

EY, H.(dir.) O Inconsciente v. I (VI Colóquio de Bonneval)(1966). Rio de Janeiro, Ed.Tempo Brasileiro, 1969.

FAGES, J.B. Para Compreender Lacan. Rio de Janeiro,Ed.Rio,1979.

FOUCAULT,M. As Palavras e as Coisas. São Paulo, Ed.Martins Fontes (s/d).

FREDA,F.H.;MILLER,J.A.;RABINOVICH,D.(ed.) Ornicar, Barcelona, Ed.Petrel, 1981.

FREUD,S. Estudos sobre a Histeria (1893-1895). Ed. Standard Brasileira, v. II, Rio de Janeiro, Ed.Imago,1974.

_____ A Interpretação dos Sonhos (1900). Ed.Standard Brasileira, v. IV e V, Rio de Janeiro, Ed.Imago,1972.

_____ A Psicopatologia da Vida Cotidiana (1906). Ed. Standard Brasileira, v. VI, Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1976.

_____ A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre Metapsicologia e Outros Trabalhos. Ed. Standard Brasileira, v. XIV, Rio de Janeiro, Ed.Imago,1974.

_____ Além do Princípio do Prazer (1920). Ed. Standard Brasileira, v. XVIII, Rio de Janeiro, Ed.Imago,1976.

GARCIA-ROZA,L.A. Freud e o Inconsciente, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1984.

GEORGIN, R. Lacan, Lausanne, Ed. L'Age d'Homme, 1977.

_____ De Lévi-Strauss a Lacan, França, Ed. Écrits-Cistre, 1983.

GRANGER,G.G. Filosofia do Estilo. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974.

GREIMAS,A.J. e Courtés,J. Sémiotique. Dictionnaire Raisonné de la Théorie du Langage. Paris, Ed.Hachette,1979.

HANDRICOURT,A.G. et al. Estructuralismo y Linguística. Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1971.

JACOB,A. Introduction à la Philosophie du Langage, Paris, Ed. Gallimard, 1976.

JAKOBSON, R. Essais de Linguistique Générale I. Paris, Ed. du Minuit, 1963.

_____ Langage Enfantin et Aphasie, Paris, Ed.de Minuit, 1969.

_____ Essais de Linguistique Générale II. Paris,Ed. du Minuit, 1973.

_____ Lingüística. Poética. Cinema. São Paulo,Ed. Perspectiva, 1970.

_____ Roman Jakobson Selected Writings. The Hague. Paris, Ed. Mouton, 1971.

_____ Lingüística e Comunicação, São Paulo, Ed.Cultrix, 1975.

_____ "Vida y Lenguage". In: Jacob, F. y otros, Lógica de lo Viviente y História de la Biologia. Barcelona, Ed.Anagrama, 1975.

JINKIS,J. "La Derivacion de um Termino como Construccion de un Concepto: el Significante". In: Imago nº 2, Buenos Aires, Ed.Letra Viva, 1975.

JURANVILLE, A. Lacan et la Philosophie. Paris, PUF,1984.

KATZ,C.S.(ed.) Psicose: uma Leitura Psicanalítica, Belo Horizonte, Ed.Interlivros, 1979.

KRISTEVA, J. "Le Sujet en Procès: le Langage Poetique". In: L'Identité , Seminaire Interdisciplinaire dirigé par Claude Lévi-Strauss. Paris, Ed.Bernard Grasset, 1977.

KRISTEVA, J. Le Langage cet Inconnu. Paris, Ed.du Seuil,1981.

LACAN,J. La Familia (1938), Barcelona, Ed.Argonauta, 1978.

_____ O Seminário 1. Os Escritos Técnicos de Freud (1953-1954). Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1979.

_____ Le Séminaire 2. Le Moi dans la Théorie de Freud et dans la Technique de la Psychanalyse(1954-1955),Paris, Ed. du Seuil, 1978.

_____ Le Seminaire 3. Les Psychoses (1955-1956), Paris, Ed. du Seuil, 1981.

_____ Las Formaciones de Inconsciente (1958), Buenos Aires, Ed.Nueva Visión, 1979.

_____ O Seminário 11. Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise (1964), Rio de Janeiro,Ed.Zahar,1979.

_____ O Seminário 12. Problemas Cruciales para el Psicoanalisis (1964/65) (s.n.t.) mimeo.

_____ Écrits. Paris, Ed. du Seuil, 1966.

_____ "Da Estrutura como Intromistura de um Pré-requisito de Alteridade e um Sujeito Qualquer". In: Macksey,R, e Donato,E. A Controvérsia Estruturalista, São Paulo, Ed. Cultrix, 1976.

_____ Escritos (1966), São Paulo, Ed.Perspectiva, 1978.

_____(dir.) Scilicet 2/3(s/a), Paris, Ed. du Seuil, 1970.

_____ O Seminário 20. Mais Ainda (1972), Rio de Janeiro , Ed. Zahar, 1982.

_____(dir.) Scilicet 4(s/a), Paris, Ed.du Seuil, 1973.

LACAN, J. Psicoanálises, Radiofonía e Televisión (1970 e 1974), Barcelona, Ed.Anagrama,1977.

_____ "C'est à la Lecture de Freud". In:Georgin,R. Lacan, Lousanne, Ed. L'Age d'Homme, 1977.

_____ O Mito Individual do Neurótico. Lisboa, Ed. Assírio e Alvim, 1980.

LACOUE-LABARTHE,P. e NANCY,J.L. Le Titre de la Lettre, Paris, Ed.Galilée, 1973.

LANTÉRI-LAURA, G. et al. Introduccion al Estructuralismo. Buenos Aires, Ed.Nueva Visión, 1969.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.B. Vocabulário de Psicanálise, Santos, Ed. Martins Fontes, 1970.

LECLAIRE, S. Psicanalisar, São Paulo,Ed.Perspectiva, 1977.

LEMAIRE,A. Jacques Lacan: uma Introdução, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

LEPSCHY,G.C. A Lingüística Estrutural, São Paulo,Perspectiva, 1971.

LÉVI-STRAUSS,C. "Introduction a L'oeuvre de Marcel Mauss".In: Mauss, M. Sociólogie et Anthropologie, Paris, PUF, 1973.

_____ Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1975.

_____ O Pensamento Selvagem, São Paulo, Ed. Nacional, 1976.

_____ Mito de Significado,Lisboa,Ed. 70, 1981.

MACKSEY, R. e DONATO, E. (org.) A Controvérsia Estruturalista, São Paulo, Ed. Cultrix, 1976.

MAGNO, M.D. Senso Contra Censo, Lugar 9, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1977.

MANNONI,O. Freud e a Psicanálise, Rio de Janeiro,Ed.Rio,1976.

MASOTTA,O. "Del Lenguage y el Gozo". In: Masotta, O. y otros, Literal 4/5, Buenos Aires, 1977.

MEZAN, R. Freud: A Trama dos Conceitos, São Paulo, Ed.Perspectiva, 1982.

MILLER,J.A. "Ação da Estrutura". In: Tempo Brasileiro 28, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1972.

_____ "A Sutura". In: Lugar 4, Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1974.

_____ Cinco Conferências Caraqueñas sobre Lacan, Caracas, Ed.Ateneo,s/d.

MILNER,J.C. L'Amour de la Langue, Paris, Ed. du Seuil, 1978.

_____ Les Noms Indistincts, Paris, Ed. du Seuil, 1983.

MORA, J.F. Diccionario de Filosofia, Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1975.

PALMIER, J.M. Lacan, São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1977.

PIGNATARI, D. Semiótica e Literatura, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974.

SAFOUAN, M. Estruturalismo e Psicanálise, São Paulo, Ed. Cultrix, 1970.

SAUSSURE, F. Cours de Linguistique Générale, Ed. Critique préparée par Tullio de Mauro. Paris, Ed.Payot,1976.

_____ Curso de Lingüística Geral, São Paulo, Ed. Cultrix (s/d).

SAUSSURE,F.; JAKOBSON,R.; HJELMSLEV, L.T. e CHOMSKY,N."Textos Selecionados". In: Os Pensadores, São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1978.

SEARLE, J.R. Les Actes de Langage, Paris, Ed.Hermann,1972.

TODOROV,T. Théories du Symbole, Paris, Ed. du Seuil, 1977.

VALLEJO,A. e MAGALHÃES,L.C. Lacan: Operadores da Leitura, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1981.

VERDIGLIONE,A. y otros. Psicoanálisis y Semiótica (1975),Barcelona, Ed. Gedisa, 1980.

WITTGENSTEIN, L. Investigações Filosóficas (1953), São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1975.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ, fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:

Circe Navarro Vital Brazil

PUC/RJ

Eduardo Vidal

Letra Freudiana

Esther Maria Magalhaẽs Arantes

PUC/RJ

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, dezembro de 1984

Vera Maria Ferrão Candau
Coordenadora dos Programas de
Pós-Graduação do Centro de Teo
logia e Ciências Humanas